



ESPECIALIZAÇÃO EM

EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO
CULTURAL E ARTÍSTICO

GUTEMBERG REURYS GONÇALVES DE OLIVEIRA

**O PATRIMONIALISMO NA POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL
DESTINADA A PROMOÇÃO DA CULTURA CONTEMPORÂNEA
BRASILEIRA**

Brasília-DF

2019

Gutemberg Reurys Gonçalves de Oliveira

**O PATRIMONIALISMO NA POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL
DESTINADA A PROMOÇÃO DA CULTURA CONTEMPORÂNEA
BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, lato sensu – a distância, do Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Sidelmar Alves da Silva Kunz

Brasília – Distrito Federal

2019

Polo Cidade de Goiás – GO

Ficha catalográfica

Gp	<p>Gonçalves de Oliveira, Gutemberg Reurys</p> <p>O patrimonialismo na política pública cultural destinada a promoção da cultura contemporânea brasileira / Gutemberg Reurys Gonçalves de Oliveira; orientador Sidelmar Alves da Silva Kunz; co-orientador Sandra Regina Santana Costa. --Brasília, 2019. 53 p.</p> <p>Monografia (Pós-Graduação lato sensu – Pós-Graduação lato sensu em Artes Visuais) -- Universidade de Brasília, 2019.</p> <p>1. Monografia apresentada ao programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade de Brasília. 2. Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, lato sensu – à distância, . 3. do Programa de Pós graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília. . I. Alves da Silva Kunz, Sidelmar, orient. II. Santana Costa , Sandra Regina, co orient. III. Título. Matrícula do aluno 20180085981</p>
----	--

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Monografia intitulada O patrimonialismo na política pública cultural destinada a promoção da cultura contemporânea brasileira - revisão bibliográfica de autoria de Gutemberg Reurys Gonçalves de Oliveira, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Professor Sidelmar Alves da Silva Kunz – Orientador

Professora Sandra Regina Santana Costa – Coorientadora

Professor Elias Nascimento – Coorientador

Brasília, 2018
Escola de Artes Visuais da UNB
Brasília, DF, 70297-400

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	10
O simbolismo principal estrutura na institucionalização da construção da sociedade sistêmica patrimonialista.....	11
O valor da herança do patrimonialismo no Brasil por meio da colonização.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
<u>REFERÊNCIAS</u>	49

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E FIGURAS

FIGURA I – Catedral de São Pedro, Vaticano, Roma.....	31
FIGURA II – Catedral de Florença, Florença, Itália.....	39
FIGURA III – Casa Branca, Salvador, Bahia.....	41

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente: adeus por consagrar o tempo como tutor do espaço e permitir a luz no campo das ideias; a minha filha Maria Fernanda Carvalho Gonçalves centro de toda minha afetividade; minha esposa Adileia da Silva Carvalho por total apoio e companheirismo; minha mãe Geralda Gonçalves dos Santos pela minha concepção e cuidados e os demais integrantes da família e amigos, que constituíram a essência da minha vida social

AGRADECIMENTOS

Ao Professor e Tutor: Me. Sidelmar Alves da Silva Kunz pela paciência e compreensão por todos os momentos que se desenvolveu o curso. À excepcional coordenação do TCC I, Turma A, realizada por Elaine Ruas. Aos Professores e Professoras, que compuseram as outras unidades do curso: Dr^a. Cinara Barbosa, Dr^a. Luana Vilutis, Dr. Valdir Adilson Steinke, Dr. Juan Ignacio Brizuela, Dra. Fátima de Souza Freire, Ma. Fernanda Jaqueline Lopes, Dra. Ana Lúcia de Abreu Gomes, Dr. Belidson Dias, Dra. Karina Dias, Dr. Christus Menezes Nóbrega, Dr. Fernando Luiz Sobrinho, Dr^a. Therésè Hofmann, Dr. Nelson Fernando Inocência da Silva, um agradecimento especial aos Professores e Professoras das unidades responsáveis por esse estudo: Dr^a. Lia Calabre, Dr. Luiz Honorato, Dr. José Márcio Barros, Dr^a. Raquel Moreira, Dr. Emerson Dionísio Gomes de Oliveira. Quero agradecer especialmente ao professor Dr. Francisco Humberto Cunha Filho por ceder obras e informações tão ilustres acerca do direito cultural e o por último a Dr^a. Cecília Mori que não lecionou nesse curso, mas continua servindo de fonte inspiradora para os estudos de artes na sua completude, gostaria de termina esses agradecimentos com um questionamento apontado por MORI “seria a mentira a verdade poética?”

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada visa compreender a trajetória da política cultural brasileira com seu retrospecto histórico, juntamente com o pragmatismo ideológico e político, que é um dos problemas da gestão pública na esfera cultural brasileira. Essa metodologia de pesquisa bibliográfica permitiu observar os reflexos do patrimonialismo na administração pública que se projetou durante anos por meio da força cultural no cenário político cultural brasileiro. Situação vivida na política pública de outros países latino-americanos. O resultado obtido é que possíveis mudanças culturais podem melhorar a governabilidade da gestão administrativa do poder executivo, mas que essas mudanças estão distantes de serem alcançadas no cenário político atual. Diante dos resultados também se pode constatar a importância da cultura para as políticas públicas brasileiras como um todo e não apenas para o setor cultural visto que as políticas públicas necessitam de pessoas para normatizar as políticas públicas.

Palavras-chave: Patrimonialismo, Valores Institucionais, Paisagem Cultural

ABSTRACT

The research presented here aims to understand the trajectory of Brazilian cultural policy with its historical retrospect, together with ideological and political pragmatism, which is one of the problems of public management in the Brazilian cultural sphere. This methodology of bibliographical research allowed to observe the patrimonialism reflexes in the public administration that was projected for years through the cultural force in the Brazilian political cultural scene. Situation lived in the public policy of other Latin American countries. The result is that possible cultural changes can improve the governance of the administrative management of executive power, but that these changes are far from being achieved in the current political scenario. Considering the results, we can also see the importance of culture for Brazilian public policies as a whole and not only for the cultural sector, since public policies need people to standardize public policies.

Keywords: Patrimonialism, Institutional Values, Cultural Landscape

INTRODUÇÃO

Esse presente estudo deriva de pesquisa bibliográfica que visa identificar no Brasil, o pragmatismo, aqui compreendido como patrimonialismo, acerca das questões ideologicamente culturais dentro da Política Pública Cultural. Para esse estudo, buscou-se valorizar aspectos do simbolismo antropológico, que surge a partir da realidade subjetiva com o confronto dialógico social para constituição de natureza política social e econômica.

Nessa pesquisa se busca identificar o cerne da raiz patrimonialista por meio do simbolismo atribuído na relação dialética entre homem e objeto, posteriormente, visa também identificar na relação dialógica, o atributo da convivência social, constituída por meio dos diferentes sistemas: o cultural, o social, o religioso. Pretende-se estimular o conhecimento do patrimônio cultural brasileiro por meio dos atributos de valor material e imaterial e o reconhecimento desses valores culturais dentro da administração pública para melhor gestão administrativa.

Reconhecer no espaço geográfico as diferentes linguagens, que enriquecem aspectos da política pública cultural, voltada, especialmente para diversidade cultural nas suas variadas características regionais. Por fim o presente estudo objetiva a disseminação conceitual da cultura na atualidade para os atores, que estão inseridos nesse processo sociologicamente.

CAPÍTULO I

O SIMBOLISMO PRINCIPAL ESTRUTURA NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE SISTÊMICA PATRIMONIALISTA

O simbolismo consistente na estrutura institucional que constrói a sociedade em ambientes sistemáticos diversificados. Percebe-se que existe um excesso de proteção da *res*, que no latim se entende também como coisa. A coisa, no Brasil, para fins desse estudo é vista como a objetificação simbólica de bens materiais e imateriais. Essa coisa cultural pública ou privada que resulta da valorização simbólica desses bens é excentricamente o que se denomina patrimonialismo. O patrimonialismo contemporâneo, que é a atribuição em excesso – tradição – desses valores comuns de modo protecionista, mas ele não é absoluto e nem definitivo, porque a cultura vive em constante transformação.

Esses valores comuns portanto são conferidos por atores e indivíduos inseridos nos sistemas: social, político e cultural. Os valores comuns estão vinculados aos próprios seres humanos na complexa trama do tecido contemporâneo sócio cultural. As derivações dessa ação humana de valorização simbólica podem gerar o excesso de protecionismo que é o patrimonialismo contemporâneo. O patrimonialismo contemporâneo se reflete nos bens imateriais por meio do convencionalismo comportamental da hegemonia cultural, onde os interesses particulares se apresentam nebulosamente aos interesses públicos por força da raiz cultural.

O patrimonialismo contemporâneo deve ser observado para fins de preservação da cultura de bens materiais e imateriais à vista da impessoalidade, porque através dele o verdadeiro reconhecimento desses patrimônios pode não acontecer ou acontece a contento de interesses particulares. A falta de observância do patrimonialismo de modo geral permite a alteração de bens materiais de modo espalhafatoso como ocorreu com a construção das cidades brasileiras. A sua origem não é brasileira, mas permitiu que as paisagens naturais brasileiras fossem e continuassem sendo modificadas por meio das paisagens culturais onde o patrimonialismo se encontra.

Os valores simbólicos atribuídos a diferentes personagens da sociedade geram inúmeras controvérsia sobre o seu entendimento, segundo Dondis (2003, p.85) “o vasto universo de sistemas de símbolos codificados que o homem criou arbitrariamente e ao qual atribuiu significados”. Não são todos os símbolos, mas muitos deles nascem sem nenhum propósito o que ela chama de “arbitrariamente” se referindo ao processo de criação imagética. Portanto o que interessa nesse estudo não são símbolos arbitrários, que surgiram desprovido de

significação, ou seja, com ou sem propósito, mas sim aqueles símbolos que adquiriram propósitos através do significado atribuído por um indivíduo ou um grupo de indivíduos que os determinaram dentro dos sistemas codificados.

Determinar um símbolo é lhe dar significado, tomar para si, institucionalizá-lo. Os significados atribuídos a um conjunto de símbolos se transformam em códigos, que são compartilhados, porque necessitam da socialização para se perpetuarem, organizarem e transformarem a realidade, “códigos através dos quais pessoas, grupos e sociedades classificam e ordenam a realidade” (BARROS, 2011, p.50). A relação entre homem e realidade constitui um diálogo interminável dia-após-dia o que se configura cotidiano.

O cotidiano desse homem está repleto de diálogos com outros homens sobre a realidade local. Se essa realidade estiver próxima a sua localização geográfica, existem vários grupos de pessoas, que a analisam e interagem com esse ambiente diariamente. Compreender a relação do homem com seu ambiente social, ou seja, a sua realidade local é conceder a responsabilidade para ele de exploração do espaço na sua localização geográfica consciente de que o espaço se transformará conforme o interesse da coletividade. Esse espaço de transformação se conhece como paisagem cultural e a subjetividade de exploração desse espaço se concentra na ideia de alterá-lo diante de muitos propósitos econômicos, sociais, religiosos, etc.

Não escapa desse alvo até mesmo a cultura regional ela também designa a transformação de um lugar conforme o interesse absolutista da maioria, que nem o estado poderá contê-lo, porque o desejo primitivo de adaptação é tão antigo quanto a necessidade de comunicação e o estado deriva do próprio cidadão. Por enquanto a definição de cultura ficará restrita a esse entendimento, a cultura como pensamento antropológico “um processo através do qual o homem atribui sentidos ao mundo” (BARROS, 2011, p.50).

O interesse absolutista da maioria se faz pela determinação simbólica caracterizada com a meta de um grupo na tentativa de criar um conceito hegemônico para a sua convicção ideológica manifestada na transformação do espaço geográfico, seja de forma democrática através do voto ou de outros instrumentos com abordagens simbólicas: imagens, sons, gestos, objetos. O interesse absolutista da maioria quando transformado em hegemonia pode ser culturalmente repleto de atitudes radicalistas a respeito de sua aceitação perante outros grupos menores.

A cultural hegemônica sofre perante outros povos com os significados e a objetividades emanadas por outros pequenos grupos culturais que possuem determinação simbólica e meta de mesmo valor semântico. O fundamentalismo religioso promovido pelo grupo sunita

radicalista do Estado Islâmico, onde sua determinação e meta, não contém, necessariamente, uma territorialidade física, mas o seu idealismo transforma as paisagens culturais pré-existentes com sua capacidade de destruição como se estimassem construí-las a seu contento num futuro próximo.

Diferentemente, ocorrerá com o surgimento das favelas, porque o significado que emerge da subjetividade e a ação da objetividade se espelham na ideia de que a comunidade de baixa renda desprovida de rebeldia permite se abater com a exclusão social. Para cultura hegemônica a imagem da favela para uns é sensibilizadora e para outros um estorvo e para o morador dessa comunidade o ideal surgiu apenas da manifestação subjetiva de ter um lugar para morar vinculada objetividade da ação que foi montar uma casa de papelão, depois um barraco, que acarretou na transformação da paisagem cultural.

Então qual será a verdadeira objetividade que existe atrás dos significados culturais que constroem o patrimônio cultural e a Política Pública? Essa pergunta retém um grau de complexidade que conforme a definição da própria palavra quando vinda do latim *colere*, que significa cultivar, ela pode ser alterada para outros povos não apenas na sua estrutura morfológica como também na sua codificação para o português.

No Brasil, a cultura se apresenta por meio dessas combinações codificadas de letras, mas o seu significado será o mesmo? A intenção (objetividade) individualizada (subjetividade) ideológica na constituição pluralizada por meio da valorização simbólica para construção da identidade e ambiente pode se tornar hegemônica por meio da socialização perante as instituições. Essas instituições podem ou não possuir limitação territorial geológica.

Se não possuir limitação geológica elas se caracterizam pelas matrizes tecnológicas de comunicação, que podem determinar inclusive a transformação de um espaço geográfico, basta apenas aceitá-la como parte constitutiva de si, conforme Barros (2011, p.50) “a cultura como fenômeno anterior e exterior ao indivíduo, a cultura realiza-se quando incorporada e tornada identidade”. Resumidamente, durante a copa do mundo aqui no Brasil, um grupo de japoneses com seus hábitos de coletas de lixo tomando como ideologia a velha frase “sujou limpou” coletaram os lixos do estádio em que estavam assistindo aos jogos.

Essa ação foi televisionada e essa iniciativa foi comentada por várias emissoras de tevês, quatro anos depois, essa mesma prática ocorreu na copa do mundo da Rússia dessa vez foram os brasileiros que tomaram a iniciativa de limparem os estádios russos. Da mesma forma foram abordados por uma emissora de tevê. Ela quis saber a motivação daquela prática. Os entrevistados responderam que assistiram à entrevista pela tevê brasileira anos atrás e o gesto

dos japoneses foi inspirador para iniciativa. Nota-se que a transformação desse espaço se deu por meio da conservação do ambiente com esse pequeno grupo. Entretanto outros grupos podem ter assistido e também terem sido sensibilizados dessa mesma forma.

Atualmente, os meios de comunicação detêm também a capacidade de transformação do espaço. O fato é que a humanidade ao longo da história atribuiu significados a gestos, objetos e sons como forma de comunicação, mas pouco se discutiu sobre a alfabetização visual nas escolas e conseqüentemente a multiculturalização e a identidade humana ainda são poucas vezes abordadas nas escolas que tem o papel de tornar cidadãos críticos acerca das ações humanas individualizadas dos sujeitos.

O *Subjectīvu*, trata-se de uma expressão em latim para o subjetivo, ou seja, que pertence particularmente ao sujeito, enquanto ser individualizado, dotado de consciência, portador de sentimentos e opiniões pessoais possuidor de uma identidade cultural. Essa identidade é a base sociológica da socialização e está no modo de construção do indivíduo diante das variações simbólicas e nas diferenças sociais constituídas na integração social e sistêmica.

A constituição federal de 1988 em seu artigo 5º veio contemplar e assegurar aos sujeitos as garantias individuais fundamentais pertencentes dos direitos à vida, à liberdade, à igualdade. Entretanto a constituição federal de 1988 no artigo seguinte contempla os direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Nota-se que no artigo 6º diante de todas as garantias sociais, a cultura não aparece expressamente em seu caput, onde o legislador não aferiu a cultura como parte legítima integrante desse direito, mas consistindo dessa hipótese que surge a partir dessa observação é a seguinte: a cultura para o legislador foi implicitamente citada quando ele se referiu tanto à educação quanto ao lazer diante das garantias sociais.

Dessa observação permite um divisor entre dois pontos sucintos, que advém do retrocesso da política cultural brasileira: o primeiro ponto subentende por retrocessos históricos que a cultura estava, formalmente, vinculada ao Ministério da Educação, até o início do século XXI, portanto a educação e a cultura eram indissociáveis no consenso geral e por essa razão também inseparável da pasta do executivo. O segundo ponto que ainda permanece catalogado na política pública cultural, implicitamente, é a cultura vista como lazer.

A cultura do lazer, a turistização associada a política de eventos, entretanto as razões permanecem as mesmas, ausência de definição da palavra cultura. No Brasil, se entende a cultura no eixo substitutivo semântico como coisa, quando não se sabe o significado se atribui

valor de coisa. A cultura é vista como coisa no meio social informal e ela também é vista como educação e lazer para a maioria da população de modo institucionalizado formal.

Nesse último exemplo ela se tornar objeto de puro pragmatismo governamental, quando subordinada a política cultural ela fica vinculada aos interesses subjacentes de quem governa de modo especulativo conforme o interesse da maioria da população inclusive como estratégia para obtenção de voto. A política cultural aplicada dessa forma reflete negativamente na economia local, porque os gastos são destinados apenas aos eventos de forma efêmera e não durável.

Não se deve esquecer que a política cultural deve ser explorada pelo poder público que detém também poder transformação ambiental para os seus governados. Os paradigmas atrelados à política cultural refletem a sua aplicação na cultura por meio de hábitos involuntários que são inseridos por diversos fatores que constituem a realidade e criam verdadeiras entidades institucionais como a própria linguagem.

O conceito de cultura e educação, que persiste em permanecer indissociável, pode ser compreendido no aspecto das relações sociais institucionais entre a instituição familiar e a instituição escolar. Essa característica visa desempenhar, supostamente, papéis institucionais de interesses externos coletivos para consumação do bem comum se ausentando de danos causados aos interesses individuais gerados em decorrência dessa relação institucional. Se definir que “a instituição é alguma coisa situada fora do indivíduo, alguma coisa que de certa maneira (de uma maneira bastante “árdua”, diríamos) difere da realidade formada pelos pensamentos, sentimentos e fantasias do indivíduo” (BERGER; BERGER, 2004, p.165).

Logo a instituição para Berger; Berger (2004, p.163) é “como um padrão de controle ligado às grandes entidades sociais que o povo enxerga quase como um ente metafísico a pairar sobre a vida do indivíduo”. A sociedade enxerga a instituição pública de modo paternalista como algo que está acima de tudo porque governa a todos. Essa é a aceção comum social, que configura o patrimonialismo contemporâneo. Essa aceção institucional pública se projeta para a sociedade de modo unilateral como entidade institucional às vezes até suprema cabendo a ela determinar valores morais adquiridos no seio da instituição familiar.

Entende-se que é a instituição pública quem define o que será repassado para sociedade, mas que na verdade consistem da bilateralidade entre ambas as instituições. Essa unilateralidade institucional pode ser refletida inclusive na formulação das normas que regem a sociedade até mesmo no processo legislativo. Os agentes políticos devem criar normas visando a impessoalidade na forma de um agente público, no sentido amplo.

Essas normas correspondem aos interesses da maioria de determinado grupo da sociedade. Simplificadamente, os legisladores no gozo de suas atribuições legislativas criam feriados para homenagearem dias das religiões cristãs correspondentes a maioria da sociedade brasileira, que tem seguidores católicos e evangélicos, devido a historicidade brasileira, porém não existe nenhum dia homenageando as religiões afro-brasileiras.

Essas religiões continuam sendo marginalizadas, entretanto sua prática é realizada por um grupo considerável durante o *réveillon* com oferendas para *Iemanjá*. A instituição pública se projetou para minoria unilateralmente, tendo em vista que o *candomblé* e a *umbanda* fazem parte da historicidade e imaterialidade da cultura brasileira do mesmo modo que o cristianismo para os povos ocidentais.

Neste último exemplo fica comprovado que o patrimonialismo na instituição pública está marcado pela força colonizadora erudita que inclusive deriva o termo erudição e suas sinônimas: conhecimento, instrução, inteligência, sabedoria, sapiência, luz e etc. Segundo Berger; Berger (2004, p.164) “a linguagem é uma instituição”, porque ela trata da relação dialógica entre o homem e objeto. A construção institucional pública depende de políticas públicas, mas as políticas públicas dependem de valores institucionais sociais, que emergem da própria cultura. Essa complexa ramificação para construção institucional pública deriva do comportamento patrimonialista erudito dentro da realidade brasileira.

Para isto, a cultura deve ser considerada "não um complexo de comportamentos concretos mas um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções (que os técnicos de computadores chamam programa) para governar o comportamento". Assim, para Geertz, todos os homens são geneticamente aptos para receber um programa, e este programa é o que chamamos de cultura. (LARAIA, 2001, p.62).

A programação do homem é percebida no idealismo simbólico existente também nas teorias antropológicas modernas, que segundo Laraia (2001, p.60) “as teorias idealistas, é a que considera cultura como sistemas simbólicos” esse é o posicionamento da antropologia social norte-americana, que teve como representante Clifford Geertz. Primeiramente, para Laraia (2001, p.60) “Clifford Geertz refuta a ideia de uma forma ideal de homem, decorrente do iluminismo e da antropologia clássica” existindo um contraste entre a diversidade cultural com a singularidade da espécie humana.

Esse contraste é necessário para se criar políticas culturais, porque na própria infância ocorre conflitos de natureza institucional no ambiente escolar derivados de valores institucionais adquiridos com a própria família. No caso de uma família praticante de religião

afro-brasileira que matricule seu filho na escola pública. No dia 20 de novembro dia da consciência negra, em alguns entes federados como Distrito Federal não é feriado, algumas escolas abordam o tema ao seu conteúdo com desfiles da beleza negra, roda de capoeira, cartazes contextualizando a escravidão e a libertação, etc.

Entretanto nesse ambiente institucional público não se mencionam nenhuma entidade de religião afro-brasileira, mas, opostamente, fica reservada alguns dias da semana do primeiro semestre e todos os sábados do ano destinados a homenagearem as religiões com número elevado seguidores, que crescem consideravelmente mais. A responsabilidade dos entes brasileiros está na incumbência de não proferir o proselitismo religioso nos órgãos públicos. Como agir com impessoalidade na administração pública que é penetrada pela força da tradição cultural? Novamente, torna-se evidente que o patrimonialismo deixado pelo colonizador português permanece vivo na institucionalização pública.

Nesse caso o filho de família praticante de religião afro-brasileira encontrará conflito com a instituição pública por meio do patrimonialismo, para Berger; Berger (2004, p.165) que definem “a criança, ao defrontar-se com a linguagem, vê nela uma realidade de abrangência universal”. Trata-se da universalidade da linguagem no âmbito semiológico. A linguagem é uma instituição incluindo a música, a literatura, as artes cênicas, visuais e plásticas. Essas linguagens compreendidas como instituições, que confrontam o indivíduo com a sua individualidade e aos mesmo tempo constroem valores de identidade.

O diálogo entre o símbolo e a sociedade não se reduz a semiótica periana, mas que nela se encontra respostas para a conexão entre a arte e sociedade devido a sua abrangência. O cientista político Bernardo Novais da Mata Machado não menciona símbolo, e sim a arte como conjunto de linguagens instituídas na definição do plano semiótico na antropologia moderna.

Para Geertz a conexão entre arte e sociedade se dá no plano semiótico. Nessa perspectiva, toda ação humana (incluindo a arte) é socialmente construída por meio de símbolos cujos significados estão entrelaçados uns aos outros, formando redes que se diferenciam conforme a diversidade das culturas. (MACHADO, 2011, p.5)

Quando Berger; Berger (2004) reforçam que a padronização, a repetição e a aceção esses três termos se tornam um conjunto indissociável para compreensão da linguagem de modo universal. Cada termo está correlacionado para a construção do significado conforme se observou a seguir. Nesse conjunto indissociável, no âmbito institucional, a aceção se torna relevante, porque ela é a aceitação dos signos. A repetição consiste na regularidade de aparição simbólica, ela exerce o papel facilitador na interpretação simbólica, porque ela permite o

reconhecimento imediato do símbolo, portanto, é na repetição que o símbolo não provoca mais estranheza para o receptor.

A repetição além de provocar no receptor o seu reconhecimento, subentende que conforme ele se repete passa a existir um padrão, o padrão é gerado perante a capacidade perceptiva do receptor durante sua observação na aparição simbólica. O padrão para a humanidade é a base da tradição, ou seja, se existe semelhança, é para que alguém o faça dessa forma e seja preservado. Suponha-se que se existe tradição, ela tem que ser respeitada por todos, até certo ponto, porque até certo ponto? Porque construir um significado consiste em recebê-lo e quando isso ocorre é gerada a primeira identificação.

Então essa relação conflitante com esse ser institucionalizado desde o primeiro contato existe por quê? Porque aprender alguma linguagem é difícil em qualquer idade. Conforme Berger; Berger (2004, p.164) “a linguagem é a primeira instituição com que defronta o indivíduo” e logo a instituição proposta por Berger; Berger (2004) é constituída primeiramente pela família para a maioria das crianças.

Para a grande maioria das crianças a socialização primária tem lugar no âmbito de uma família específica, que por sua vez representa uma faceta peculiar da instituição mais ampla do parentesco na sociedade a que pertence. (BERGER; BERGER, 2004, p.164)

Entretanto após o primeiro contato com a fala a criança desenvolve sua noção espacial descobre onde é o quarto, a sala e depois ela desenvolve a capacidade de transformá-lo e modifica o ambiente transportando objetos de um lugar para outro tudo dentro da materialidade local com objetos palpáveis. Nesse instante surgem as primeiras regras.

Essa instituição familiar já possui a padronização dessas linguagens que foram inseridas por meio dos sistemas codificados, que se manifestam no recinto familiar na uniformidade parental. Quando se reconhece a dramaticidade desse convívio e nela se obtém os valores morais e éticos inseridos na sociedade. Para Berger; Berger (2004, p.165) “o microcosmo da criança é estruturado em termo de papéis” e que “os papéis representam instituições” (BERGER; BERGER, 2004, p.165).

A tradição é o efeito dos papéis institucionalizado na estrutura que forma a identidade do indivíduo, percebe-se que a identidade passa primeiro na aceitação do símbolo. Para Berger; Berger (2004, p.165) “ao momento em que o pai assume aquele jeito de castigador” se entende que “essa ação será acompanhada de boa dose de verbosidade” (BERGER; BERGER, 2004,

p.165) quando as regras institucionais externas assumem os papéis da moralidade no ambiente familiar.

Entretanto, para Berger; Berger (2004, p.164) afirmam que “a linguagem aponta as realidades mais extensas, que se situam além do microcosmo das experiências imediatas do indivíduo” na linguagem que se consolida o referencial de tempo e lugar da criança no seu aspecto estrutural institucional cognitivo. O microcosmo desde a infância é o próprio universo de símbolo, ou seja, ele é o sistema codificado que constituído de diversas linguagens verbais e não verbais.

As linguagens verbais são símbolos abstratos restritos aos pequenos grupos de pessoas que as dominam codificadas em forma de letra, número, partitura, *morse* etc. As linguagens não verbais são codificadas de forma iconográfica polarizada na simplicidade e complexidade. As não verbais codificadas de forma iconográfica: quando simples são representadas por meio de instrumentos, que produzem imagens, sons e contato físico; quando complexa envolvem um conjunto de ações que resultam no comportamento.

O comportamento é mais complexo porque permite conflito de valores estéticos de natureza moral e ética: posso aceitar por isso, não aceito por isso e aceito por isso perante ao indivíduo. Os valores institucionais de natureza comportamental se encontram na escola. Na escola, se obtém o ambiente favorável o conflito entre essas linguagens nesse trecho já se pode chamá-las de instituições. As instituições família e escola estão em constante conflito.

Na escola se obtém a tentativa unilateral de padronização dessas linguagens com finalidades políticas, econômicas e sociais. É dentro do ambiente escolar que se constrói o conflito institucional familiar ele ocorre inclusive com outras diferentes famílias no mesmo recinto, segundo Berger; Berger (2004, p.164) “é de supor que essa percepção ocorra no momento em que a criança começa a compara-se com outras crianças” para a construção de sua realidade dentro da instituição escolar.

A comparação no ambiente escolar permite a troca de saberes entre os alunos e paralelamente com os seus familiares, pois é na escola que a institucionalização formal acontece, entretanto ela pode parecer o único percurso para se alcançar o conhecimento cultural. A institucionalização formal promovida pela escola trata de um acúmulo de conhecimentos adquiridos da história humana, que é transmitido através dos currículos escolares. A estrutura curricular permite o acesso ao conhecimento repleto de erudição, que está sedimentada na cultura brasileira, devido à própria contextualização eurocêntrica, que a educação ocidental sofreu durante anos.

Atualmente, busca-se reparar o dano patrimonial imaterial sofrido por meio de dispositivos legais, que asseguram inclusive a própria transformação curricular nas escolas. Surge a partir daí os conflitos que geram duas problemáticas a primeira em decorrência da educação instituída nos modelos que perduram desde os séculos passados e a outra se encontra na tentativa de reparar os modelos institucionalizado das antigas escolas. No primeiro problema, se encontra o patrimonialismo institucionalizado pela tradição. A reparação desse patrimonialismo serve como o núcleo da segunda problemática. Porque reparar é a ferramenta para se alcançar a descolonização.

Na reparação está o confronto desses dois saberes tradicionais: o formal objetificado nas instituições externas e o informal subjetificado no homem. O homem é agente transformador, de acordo com o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (2009) a cultura emerge com o indivíduo, que a compreende de dentro para fora – portanto inversamente de fora para dentro ela não se insere sem provocar conflitos –, preconceitos, aqui denominado de conhecimento institucionalizado formal, que é oferecido na escola inclusive por meio do currículo, repleto de patrimonialismo. Segundo Barreto (2012, p.57) “para Parsons, a personalidade do indivíduo interioriza objetos sociais e normas culturais por meio da interpenetração”.

O ser humano se apresenta como ser pensante, quando se expressa ele produz um produto social: o gesto, a fala, a escrita, a arte, que são compartilhados com outros humanos. A cultura deve ser compreendida de dentro para fora, pois ela consiste de múltiplos referenciais que surgem da natureza humana.

As culturas são múltiplas e cada cultura só pode ser densamente compreendida de dentro para fora. Seres do símbolo, do significado e da aprendizagem, somos uma espécie que, dotada de um mesmo aparato biopsicológico, invés de se limitar a produzir um único modo de vida, ou modos de ser muito semelhantes, geramos quase incontáveis formas de ser e de viver, de falar e de dizer como tipos de culturas variáveis em sua geografia e em sua história. (BRANDÃO, 2009, p.720).

Nos primórdios da educação informalizada a língua vernácula brasileira, o português, foi estabelecida por sua historicidade colonizadora, trata-se de uma imposição cultural que instituiu formalmente essa língua o idioma oficial no Brasil. Essa institucionalização da língua portuguesa no Brasil deu início ao patrimonialismo diante do poder absolutista dos colonizadores com a pretensão de estipular o arquétipo da língua materna dos povos colonizados. Entretanto a língua por ser uma linguagem é também uma instituição, portanto ela conflita com outras instituições diante da força cultural.

A própria língua portuguesa não se apresenta genuinamente pura desde seu surgimento através do latim, ela sofreu transformações durante toda a sua existência por meio das relações culturais humanas. O próprio português manteve algumas palavras que ainda são do período românico. Essas palavras persistem no português moderno, como por exemplo, roubar, guerrear e branco até o seu antecessor galego-português, que sofreu influência inclusive da cultura árabe, mantendo-se em sua estrutura linguística moderna palavras como arroz, alface, alicate e refém.

No Brasil, existem inúmeras línguas catalogadas de tribos indígenas, que não são conhecidas por grande parte da população. Esse reduto da língua portuguesa no Brasil impede a visibilidade de outras línguas, tanto no aspecto institucional por meio patrimonialista, quanto na sua tradição que não permite reconhecê-las por estarem incorporadas ao idioma oficial brasileiro. Algumas dessas palavras dessas línguas de origem indígena e afro-brasileiras são incorporadas ao português brasileiro e utilizadas comumente no cotidiano, como por exemplo, a mandioca, a tapioca, a pipoca entre tantas outras.

A cultura foi o principal veículo articulador para que essas palavras fossem agregadas ao português, essa troca simbólica que ocorreu no passado entre os povos indígenas e portugueses, porque permitiu que hoje pudesse transmitir o conhecimento institucionalizado formal escolar de modo não conflitante atualmente. Acontece que esse conflito é visto negativamente, tanto pela instituição escolar, quanto pela instituição familiar, ou seja, o conhecimento transmitido dentro da escola aparenta para ambas as instituições que elas não devam questionar os padrões estabelecidos culturalmente.

Essa hipótese gera a falsa dicotomia que exista um saber institucionalizado formal, derivado da força do patrimonialismo institucionalizado da língua vernácula, que é adquirido dentro da escola e o saber informal fora da escola por diferentes mecanismos sociais, que ocasionam na construção institucional familiar. Esses saberes se cruzam na construção ambígua dos conhecimentos são denominados dentro dos chavões: de âmbito educacional como mediação; de âmbito social como enculturação. Entende-se a enculturação que é a mediação transmitida de pai para filho, portanto a família adquire valores sociais por meio da socialização constituídas de muitas enculturações.

No viés cultural e escolar o patrimonialismo se mantém no complexo conjunto desses conhecimentos informal e formal respectivamente visto que nele não cabe a repartição de público e privado. Hoje, a escola tenta reparar os danos registrados no passado resgatando valores culturais para formação de novos papéis sociais, entretanto essa reparação requer tempo e qualificação profissional.

No viés antropológico, a socialização aponta caminhos perante os papéis desempenhados por atores dentro da sociedade. A socialização se encontra no sistema social, confrontado com a figura do indivíduo diante do papel que deva desempenhar. Para Dubet; Martuccelli (1997, p.241) “a socialização é definida por uma tensão situada no centro de diversos debates sociológicos, mobilizando, de uma só vez, representações do ator e representações do sistema social”.

O ator da comunidade na representação do seu papel na complexa trama social “está sempre submetido à coletividade, moldado por ela, incapaz de se desprender, transpassado pelo calor do grupo, pelo rigor dos códigos, e desprovido de um espaço de iniciativa individual” (DUBET; MARTUCCELLI, 1997, p.243). O aspecto temporal de aparição entre o ator comunitário e o indivíduo, encontra-se no próprio ambiente padronizado e pré-definido antes do nascimento da sociedade moderna, portanto o estímulo para aparição está no patrimônio material e no volume histórico ambiental.

Segundo Dubet; Martuccelli (1997, p.243) “o ator comunitário emerge como indivíduo antes do nascimento da sociedade moderna”, ao tempo que a individualidade permite a diferenciação social e a racionalização, portanto para Dubet; Martuccelli (1997, p.244) “a figura do indivíduo aparece como uma consequência mais ou menos direta de nível crescente de diferenciação social e racionalização”.

A diferenciação social e a racionalização nos programas institucionais que padronizam os papéis sociais que emergem com o indivíduo é o que reconstrói o sistema cultural, mas para Debut (2011, p.303) “é importante definir a cultura e as competências comuns esperadas de todos os cidadãos, independentemente das carreiras escolares que seguirão”. Os cientistas sociais François Dubet e Danilo Martuccelli exprimem de modo resumido tudo aquilo que foi constatado até aqui logo abaixo.

[...] A maior densidade subjetiva dos indivíduos da sociedade moderna procede de uma sociedade mais complexa, na qual o indivíduo cruza com um número maior de atores e na qual está submetido a um maior estímulo por parte do ambiente. Pertence a diversos círculos sociais e deve cumprir um número crescente de tarefas e de papéis. De Simmel a Merton, de Durkheim a Parsons, essa ligação entre o individualismo e a complexidade moderna se impõe a todos. O indivíduo moderno resulta da pluralidade de subsistemas de ação regidos por orientações e regras cada vez mais autônomas. No seio desse processo, a noção de “papel” torna-se essencial. Em razão da diversidade dos subsistemas sociais, os indivíduos deve adquirir competências múltiplas para fazer frente à diversidade das ações que são obrigados a desempenhar. Os códigos são

substituídos por orientações de ação internalizadas, por sentimentos e convicções.
(DUBET; MARTUCCELLI, 1997, p.244)

A figura do indivíduo na sociedade moderna, continuamente, segue para uma sociedade mais complexa, nessa tendência surge cada vez mais indivíduos por meio da crescente diferenciação social, porque do indivíduo deriva a subjetividade. Esse sentimento de pertencer à comunidade à medida que surgem mais indivíduos é resultado do pluralismo obtido nos diferentes subsistemas. Emergem do domínio da ação dos papéis e tarefas que são obrigados a desempenhar perante suas diversidades.

Esses indivíduos se encontram em estado de vulnerabilidade, visto que sua autonomia se encontra diante de valores esteticamente comuns circunscritos perante a hegemonia cultural. Segundo Dubet; Martuccelli (1997, p.244) “a vida social repousa sobre um conjunto de valores comuns e princípios de ação mais ou menos circunscritos”, nesse sentido Dubet e Martuccelli (1997) existe a representação dominante, que se entende por estágio representativo social dominante, nela se originou duas versões opostas de socialização: a socialização encantada e a socialização desencantada.

Diante das duas versões de socialização é possível identificar um indivíduo com autonomia só que limitada, porque ele depende de normas comuns aplicada a toda sociedade, nessas normas circunscrevem a hegemonia cultural. Segundo Dubet e Martuccelli (1997, p.245) o indivíduo “é definido pela internalização de normas e de disposições comuns à sociedade ou a uma classe social”. Ambas socializações podem se configurar como uma espécie de autonomia passiva para os encantados ou limitada para os desencantados desenvolvida conforme os valores simbólicos comuns expostos na hegemonia cultural.

Se comparadas com as correntes pedagógicas: para os encantados a socialização é análoga a tradicional porque é como um adestramento da alma e para os desencantados a socialização é como a corrente pedagógica progressista porque ela parte de uma análise crítica das realidades sociais. Entretanto em níveis de correntes pedagógicas ambas se encontram limitadas no conjunto de normas destinadas ao ensino. O próprio ensino consiste de ideais limitados perante a hegemonia cultural. O ambiente sugerido por Dubet e Martuccelli (1997) para as duas versões de socialização se cruzarem é dentro da instituição escolar.

O debate entre essas duas versões cruzadas da socialização foi particularmente vivo no que diz respeito à escola. A primeira se esforça por pensar a socialização como internalização de uma disciplina necessária ao exercício da autonomia; a segunda, vê no processo um adestramento das almas, uma sujeição dos indivíduos, uma programação da reprodução social. (DUBET; MARTUCCELLI, 1997, p.245)

Nota-se que as duas versões cruzadas da socialização, tanto aquela que diz respeito a internalização ao exercício da autonomia, quanto a outra que identifica a sujeição dos atores como uma programação social ambas se encontram dentro do mesmo propósito, o próprio ensino. A figura icônica do ensino ganha o papel preponderante de autonomia do indivíduo, mas que não se afastam das normas e nem tão pouco da padronização hegemônica aferidas às características decorrentes das correntes pedagógicas com suas variações ideologicamente políticas.

O próprio ensino cria a forte raiz do patrimonialismo, onde se transpassa o tempo e o lugar junto aos valores institucionais, ainda que conflitantes, as normas se destacam por representarem os ideais de toda a cultura hegemônica. Se retroceder no tempo chegando à pré-história para compreender a importância da linguagem como instituição e a função da mediação ou enculturação para os ideais de organização da própria cultura. O período paleolítico serve para ilustrar a forma que os homines sapiens utilizaram para se expressar, eles a fizeram por inúmeros métodos, como por exemplo, as imagens, que marcam os primeiros registros pré-históricos nas paredes das cavernas.

Elas foram feitas com intuito de ilustrar os meios para se alcançar a caça, os ritos religiosos, as confecções de utensílios domésticos inclusive a transmissão do conhecimento era doméstica, apenas para integrantes daquele grupo. Hoje, esses registros remetem aos primeiros passos para civilização, porque essas imagens vinda da necessidade do registro e da exposição serviram para as primeiras, convenções, mediações e normas criadas na humanidade. As linguagens utilizadas por eles como meio de comunicação na complexa relação entre homens será para sempre objeto de estudo da própria natureza humana.

O estímulo imagético, sonoro e tátil, que permitem com a construção sensorial, se obter inclusive os conflitos estéticos, que são gerados em cada ser diante da sua identidade cultural. O patrimonialismo deriva da enculturação realizada com a aceção de valores culturais que instituem a família e conseqüentemente grandes grupos culturais, mas pode ser formalizado com a educação escolar por meio das socializações que se cruzam nesse ambiente e criam papéis para representação dos atores sociais.

Esse conceito de socialização mencionado anteriormente do antropólogo peruano, Danilo Martuccelli, é recorrente nas teorias americanas da sociologia moderna, onde cabe ressaltar que não existe o foco apenas socialização. Essa relação entre ambos os conceitos de sociologia permite refletir acerca do indivíduo com as normas impositivas para o funcionalismo estrutural dos sistemas sociais perante a ótica parsoniana com seus subsistemas, tanto quanto

durkheimiana através da “consciência coletiva” junto aos fatos sociais que padronizam inclusive a política pública cultural com o patrimonialismo.

Refletir acerca dos sistemas de ensinos ou baseado em ações humanas individualizadas que possibilitem mudanças nas políticas culturais devem primeiro considerar que o sistema cultural que geram valores patrimoniais. Eles permitem modelar os sistemas de ensino, sociais, político, que são geridos por normas, constituídas da grande hegemonia cultural, portanto é necessário capacitar os profissionais para que as executem a contento de todos e não apenas da maioria ou minoria.

Se partir da teoria da ação social parsoniana, inicialmente restrita à ação, ele analisa, em outro momento, a constituição sistêmica sociológica por diferentes ações e interações, essa análise acarretou nos desdobramentos de vários subsistemas na primazia do sistema cultural. Se os subsistemas que constituem o sistema cultural e a autonomia do indivíduo no sistema de ação se depara com valores comuns dos demais membros e mesmo diante desse cenário ele constrói sua identidade e dissemina a diversidade diante dos papéis incorporados nos subsistemas.

Todo sistema cultural engloba o homem contemporâneo em sua problemática pluralista constituída de valores sociais atribuídos à acepção dos conjuntos simbólicos visto que a identidade multicultural é construída dia-a-dia pelo cotidiano. O cotidiano palavra, que define o sistema cultural, nada mais é que a relação dialógica e dialética, entre o homem e a realidade perante as problemáticas das relações sociais.

No entanto, apesar de cotidiano ser uma palavra feia, temos de continuar apostando em uma intervenção na cultura com elementos da cultura. A questão é que devemos fazê-lo com muito mais radicalismo: é preciso conseguir tornar visível o modo como uma forma de poder social se estabeleceu nos hábitos cotidianos. Nesse sentido, sustento que as políticas culturais devem se concentrar em mostrar como surgiu a ordem que temos. Para transformar a realidade, é preciso primeiro mudar a maneira de olhar para ela. Acho que as políticas culturais devem apontar para isso. Mais do que produzir um novo tipo de dever, a questão é gerar uma imagem que nos faça ver o tipo de sociedade que temos. Žižek argumenta que um ato verdadeiramente político aumenta a visibilidade do que está por trás do que é dado; é aquele que sai da conta e tenta mudar as coordenadas a partir das quais definimos a própria realidade (2011, p.414). (VICH, 2017, p.49)

No cotidiano, busca-se soluções para a realidade no viés democrático do poder emanado pela soberania popular do voto, que se tornando hegemônico prescindem as particularidades do individualismo ou suprime pequenos grupos ideológicos divergentes é aqui onde aflora a

hegemonia cultural. A cultura segundo Vich (2017, p.49) “devemos entendê-la como laços humanos, estilos de vida, hábitos estabelecidos na cotidianidade mais comum”.

De fato, se pensarmos nela como um problema cotidiano, perceberemos que ela é hegemonia, e que a hegemonia é hoje carreirismo político, corrupção, discriminação em todas as suas formas, consumismo, injustiça social. Nossas sociedades continuam sendo aquelas em que a corrupção se tornou cínica, a desigualdade é naturalizada, o espírito de competição prima sobre qualquer outro, a heterogeneidade cultural só se faz visível como subalternidade e a frivolidade transformou-se em educação sentimental. (VICH, 2017, p.49)

Se o sistema cultural é compreendido como o próprio cotidiano, que é alterado por ações sociais contidas nele ou nos subsistemas, qual será o papel da paisagem cultural? A paisagem cultural é o ambiente real dessa transformação? O termo paisagem cultural é uma derivação antológica da geografia humana: cultural, política, social, econômica, desde o século XIX.

Esse termo descende da geografia cultural que surge, pela primeira vez, a partir do pesquisador Friedrich Ratzel, que teve influência do etnógrafo Moritz Wagner acerca dos princípios de migração como afirma Seemann (2012, p.07) “essas ideias de Wagner, que se baseiam em princípios de migração, isolamento e determinismo ambiental, influenciaram o pensamento do Ratzel”.

Ao longo do século XX, o conceito de paisagem cultural surge com Otto Schlüter, onde sua pesquisa visa elementos de alterações paisagísticas por meio da transformação antrópica cultural. Para Furlanetto; Kozel (2014, p.217) “a maioria dos geógrafos alemães do início do século XX interessava-se pelas marcas da ação humana impostas à paisagem, enfatizando os utensílios e as técnicas utilizadas para dominar o meio”.

Essa é a relação dialética entre homem e natureza que identificada na fenomenologia no século XIX. Segundo Furlanetto; Kozel (2014, p.218) “os geógrafos franceses Vidal de La Blache e seus herdeiros diretos – Albert Demangeon, Jean Gottmann, Jean Brunhes e Pierre Deffontaines compartilhavam da visão que os geógrafos alemães possuíam de cultura”. Nos Estados Unidos, Carl Ortwin Sauer, fundador da Escola de Berkeley traz a ideia de que a cultural é o agente transformador.

Nos Estados Unidos, a dimensão cultural da paisagem ganhou expressividade com Carl Ortwin Sauer que, em 1925, lançou a noção de paisagem geográfica como resultado da ação da cultura ao longo do tempo sobre a paisagem natural. “A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, e a paisagem cultural o resultado”, afirma Sauer

(1998, p.59). A paisagem natural fornece os materiais que constituem a paisagem cultural, mas a força que modela e transforma a paisagem reside na própria cultura. (FURLANETTO; KOZEL, 2014, p.217).

Ele separou a paisagem cultural da paisagem natural, pois a intervenção humana depende do que está disponível na localidade da paisagem natural para formação da paisagem cultural. Nota-se reflexão semelhante, quando se refere a forma de um abrigo no nível abstrato, visto que o abstrato pode derivar do nível simbólico, para Dondis (2003, p100) “uma casa não segue a configuração de uma árvore, que em algumas circunstâncias poderia ser descrita como um abrigo, seu aspecto é determinado pelo objetivo, que levou o homem a criá-la, sua forma segue sua função”.

Segundo Seemann (2004) ao mesmo tempo, ele não separou apenas paisagens culturais e naturais, mas também classificou as paisagens conforme a intervenção humana. Durante o final do século XIX e as primeiras décadas do século subsequente, os países, que preconizaram a paisagem cultural foram Alemanha, França e Estados Unidos por meio da primeira fase da geografia cultural. Os avanços acerca da geografia cultural, na França em meados do século XX, fizeram surgir, no Ministério da Cultura francês, um departamento que fomentou estudos socioeconômicos para retratar a paisagem cultural francesa.

O centralismo político, de raízes tão antigas, se reafirmou na criação do Ministério da Cultura francês em 1959, portador de um projeto de difusão da cultura erudita ao conjunto da nação. Em certo momento, esse ministério decidiu criar um departamento para inspirar, promover, financiar e divulgar estudos socioeconômicos que oferecessem um retrato da paisagem cultural da nação, colaborando, ainda que indiretamente, para se refletir a respeito da política pública e de seu impacto tanto sobre as condições de trabalho de artistas e demais profissionais quanto sobre o lugar da cultura no tempo de lazer e no dispêndio domiciliar. (DURAND, 2013, p.204)

Em 1972, a Unesco trouxe com sua declaração de patrimônio tangível, várias outras definições, que compreendem o patrimônio cultural e natural incluso no seu artigo primeiro. Nota-se que na declaração da Unesco existem os conjuntos que compreendem “grupos de construções isoladas ou reunidas” buscando a integração do homem com a paisagem natural.

Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. (UNESCO, 1972, p.2)

Anos depois, a Constituição Federal de 1988 rege sobre a competência comum entre todos entes federativos especificamente no inciso III do artigo 20, que versa sobre a proteção

dos bens de valores tangíveis incluindo a paisagem natural, deve-se (BRASIL, 1988, art. 20º inc. III) “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”.

No Brasil durante os anos 30, o geógrafo francês Pierre Deffontaines pratica a geografia cultural e nos seus artigos documentados durante sua estadia no Brasil, segundo Claval (2012, p.12) “Deffontaines questiona, por exemplo, a origem das cidades brasileiras” essas cidades para Claval (2012, p.12) “nasceram a partir da iniciativa de grandes proprietários, que erigiram uma igreja para atender as aspirações de seus dependentes.” A partir dessa iniciativa dos grandes proprietários, que permitiram a construção de Igreja em suas propriedades, que surgiu de acordo com Claval (2012) **as cidades de domingo**.

O seu nome deriva desta prática dos fiéis, Claval (2012) afirma que eles deixavam suas casas no sábado à noite ou no domingo e viajavam por horas para assistir as missas matinais no domingo. Alguns casos nas proximidades dessas igrejas, esses fiéis começam a construir casas, que funcionavam como residência secundária dessas famílias. Nesse caso, as cidades de domingo, tratava-se do processo concreto interventivo do homem na paisagem natural constituindo conseqüentemente a paisagem cultural.

No decorrer dos grandes períodos históricos, com relação ao meio de vida das comunidades humanas, via-se, igualmente, modificar-se o seu modo de sentir e de perceber. A forma orgânica que é adotada pela sensibilidade humana – o meio na qual ela se realiza – não depende apenas da natureza, mas também da história.
(BENJAMIN, 1975, p.14)

Nota-se a força do sistema cultural perante o sistema religioso, que tem sua motivação na fé, particularmente cristã, como ocorreu durante milênios com ela, entretanto isso ocorreu com outras religiões, que derivaram também do sincretismo para as construções peculiares de seus templos em cada continente. O fato de outras religiões ter menos seguidores não as qualificam como menos favorecidas de atenção governamental. O patrimonialismo retém a personalidade na forma de valores privados, em estabelecimentos públicos, onde se prevalece um dos princípios constitucionais expressos mais conhecidos, o princípio da impessoalidade na prestação do serviço público.

CAPÍTULO II

O VALOR DA HERANÇA DO PATRIMONIALISMO NO BRASIL POR MEIO DA COLONIZAÇÃO

Se retornar um pouco ao descobrimento, o conceito de patrimonialismo teve início por meio da religião no Brasil como dito anteriormente sua raiz foi criada por meio do ensino institucionalizado desde os jesuítas com a chegada dos portugueses em 1500. Esse conceito do patrimonialismo contemporâneo foi difundido por força da raiz cultural erudita, mas com a vinda da família real portuguesa para cá, os valores patrimoniais se intensificaram.

Trata-se dos valores afetivos de herança que foram transmitidos de geração para geração, no tradicional cultivo de valores simbólicos, que se sedimentaram durante os períodos republicanos, que sucederam com a prestação do serviço público desde o império. O principal arquétipo do patrimonialismo foram as instituições públicas que surgiram com a presença da família real após a expulsão dos jesuítas.

Um país que vivia à margem se toma centro, o poder central e a colônia fundiram-se e confundiram-se. As decisões passaram a ser geradas na colônia que se mascarou de império, embora os interesses a defender fossem ainda os dos colonizadores. Cuidar da saúde da corte; Faculdades de Direito, para preparar a elite política local; Escola Militar, para defender o país de invasores e uma Academia de Belas-Artes. Portanto, o ensino das Humanidades começou no Brasil pela Arte. (MAE, 1995, p.60).

Nota-se com a chegada da família real e a vinda dos artistas franceses para lecionar na Academia Imperial de Belas-Artes (AIBA) no Rio de Janeiro, que existiu um confronto estilístico estético para os historiadores entre a instituição pública real e a então residente população brasileira, ora inacessível desses bens de ensino. Os padrões estilísticos das linguagens pré-estabelecidas com os jesuítas para o público residente no Brasil diante do conflito estético e a necessidade de emersão de uma paisagem cultural caracterizada pela individualidade desenvolveram na população brasileira um estilo próprio de barroco brasileiro.

Ao chegarem, os distas franceses instituíram uma Escola neoclássica de linhas retas e puras, contrastando com a abundância de movimentos do nosso barroco: instalou-se um preconceito de classe baseado na categorização estética. Barroco era coisa para o povo; as elites aliaram-se ao neoclássico, que passou a ser símbolo de distinção social. (BARBOSA MAE, 1995, p.61).

Entretanto quando se menciona apenas esse conflito, todos remetem apenas aos registros institucionalizados, formalizados nas instituições públicas, que derivam de valores históricos eurocêntricos. Outros instrumentos que também constituem as instituições públicas fazem parte

da cultura brasileira e nem sempre eles ficam registrado nessas instituições: objetos de museus; currículo de ensino nas escolas; atos normativos do executivo através dos ministérios. Esses instrumentos constituem heranças patrimoniais, que não é patrimonialismo, eles ligam os povos dos três continentes e não apenas um.

Os objetos e instituições históricas desprovidas da herança patrimonial remontam um cenário longínquo de dor, angústia, medo, opressão e esquecimento perante o poder público, mas que permanece próximo por meio dos significados atribuídos a eles, que sofrem por conflitos de natureza estética e se transforma perante as paisagens culturais peculiar em cada região. Os objetos taxados como obras de artes bem como o local onde são encontrados sendo nas fiéis estruturas arquitetônicas das igrejas cristãs ou em terreiros de antigas senzalas para as práticas do candomblé, em diferentes estados brasileiros, que culminou na fusão com o catolicismo para o surgimento da umbanda, religião afro-brasileira.

Percebe-se a força da raiz cultural da religião europeia e africana com a capacidade de transformação por meio da paisagem cultural de quem residiu no Brasil com a criação da Umbanda, mas isso ocorreu à margem da institucionalização pública. Refletir na transformação paisagística com o surgimento da Umbanda por meio da força da raiz cultural da religião católica e candomblé condiz com a elucidação de *aura* de Walter Benjamin?

É aos objetos históricos que aplicaríamos mais amplamente essa noção de *aura*, porém, para melhor elucidação, seria necessário considerar a *aura* de um objeto natural. Poder-se-ia defini-la como a única aparição de uma realidade longínqua, por mais próxima que esteja. (BENJAMIN, 1975, p.15)

Do latim o termo *Herctum* significa dividir uma herança, ou seja, hábitos tradicionais de preservação e cultivo de valores simbólicos. Essa herança provém da valorização significativa do objeto por meio do homem, criando-se vínculos afetivos, que foram disseminados por meios religiosos. Se levar em consideração a oposição cultural existente entre os Gregos do período clássico e os clérigos que estavam submetidos ao cristianismo do período românico depois o gótico período subsequente, cada período ao seu tempo e valores religiosos, a *vênus* era vista com unicidade como elemento comum de grandes valores distintos.

A unicidade da obra de arte não difere de sua integração nesse conjunto de afinidades que se denomina tradição. Sem dúvida, a própria tradição é uma realidade bem viva e extremamente mutável. Uma estátua antiga de *Vênus*, por exemplo, pertencia a complexos tradicionais diversos, entre os gregos – que dela faziam objeto de culto – e os clérigos da Idade Média, que a encaravam como ídolo maléfico. Restava, contudo, entre essas duas perspectivas opostas, um elemento comum: gregos e

medievais tomavam em conta essa Vênus pelo que ela encerrava de único, sentiam a sua aura. No começo, era o culto que exprimia a incorporação da obra de arte num conjunto de relações tradicionais. Sabe-se que as obras de arte mais antigas nasceram a serviço de um ritual, primeiro mágico, depois religioso. (BENJAMIN, 1975, p.16)

Os valores patrimoniais, que surgiram durante o renascimento Italiano continuam promovendo as tradições pelo mundo ocidental de valorização do homem por meio das relíquias nele contido. Esse período é marcado por grandes nomes e acontecimentos, que permaneceram vinculados a história da humanidade no mundo ocidental. Segundo Benjamin (1975, p 14) “o que caracteriza a autenticidade de uma coisa é tudo aquilo que ela contém e é originalmente transmissível, desde sua duração material até seu poder de testemunho histórico” para essa autenticidade o maior ícone do cristianismo para transmissibilidade apenas o testemunho da cruz invertida de Pedro.

A própria Catedral de São Pedro no Vaticano. Durante a primeira década do século XVI em Roma no reinado do Papa Júlio II, ele decide substituir a antiga Basílica de São Pedro (figura I) por outra que segundo Janson; Janson (1996, p.217) seria “uma tão magnífica que ofuscasse todos os monumentos da antiga Roma imperial” e o afamado arquiteto foi Donato Bramante.



Figura 1 - Catedral de São Pedro, Vaticano, Roma, Autor Michele Mike Illuzzi fonte: (<https://yourshot.nationalgeographic.com/photos/10729792/>)

Ele foi escolhido devido a sua excelente reputação por ter construído, um ano antes desse convite de Júlio II, em 1502, o *Tempietto de San Pietro in Montorio* rebuscando estrutura arquitetônica da Roma antiga. Na Catedral de São Pedro, não seria diferente na transcrição

literal das palavras de Bramante “Colocarei o Panteão em cima da Basílica de Constantino” descritas por (JANSON; JANSON, 1996, p.217). O ideal da época era erguer modelos arquitetônicos conforme a proposta cultural daquele momento o primeiro revivalismo clássico do período grego foi durante o renascimento por isso a proposta de Bramante caberia com tamanha genialidade.

As projeções de cidades e suas estruturas arquitetônicas geram comum afetividade desses lugares, os significados que eles representam para as pessoas obtidas por inúmeros referenciais simbólicos coincidem com os seus respectivos estados emocionais. Portanto proteger pode significar algo inalterável e conservador, mas até que ponto a restauração assume esse papel nos aspectos: material (físico) e imaterial (memória).

Dos perigos que derivam da crítica do restauro cabe lembrar que o perigo historicista existe quando à indústria do turismo atualmente “conduz ao embalsamento e a mumificação do bem e que também conduz a sua apropriação excessivamente setorial” (CARSALADE, 2011, p.4). Existe também a tentativa de se imprimir a verdade histórica quando “ao tentar lhe recuperar a “verdade” do significado acaba por lhe retirar quase todo ele” (CARSALADE, 2011, p.4).

Nota-se que o perigo historicista não obteve êxito pelas mãos de Bramante, pois sua proposta foi inaugural e nada foi alterado com seus respectivos discípulos, porém outros arquitetos entraram em cena como Michelangelo e Maderno, onde foi possível identificar o perigo relativista, que segundo Carsalade (2011, p.4) “acontece quando obliteramos nosso modo próprio de interpretação pela tentação de relativizar sempre a obra ao seu contexto original”.

Contudo cabe ressaltar o perigo positivista de onde se pretende “trabalhar o bem apenas pelo método científico, sobre supostas bases “seguras” que a ciência ou o método analítico pudesse lhe fornecer” (CARSALADE, 2011, p.4), neste último então não é possível identificar essa opção com Bramante, pois a proposta segue os cânones científicos de natureza simétrica baseada no círculo e no quadrado, onde ele opta pela clássica cruz grega em oposição a segmentação do significado cristão da cruz latina.

O projeto de Bramante era tão gigantesco que ele havia concebido apenas “quatro pilares do cruzeiro”, deixando-o após seu falecimento, para os seus discípulos o prosseguimento da obra por mais três décadas, ainda com Janson (1996) apenas em 1546, que Michelangelo assumiu a obra e simplificou a complexa planta de Bramante sem alterar suas características

básicas. Nota-se que o segundo arquiteto após Bramante foi Michelangelo e talvez ele já sofresse com o perigo relativista?

[...] fez também um novo projeto para o exterior, usando uma ordem colossal para enfatizar o compacto corpo da estrutura, o que realçou ainda mais dramaticamente a cúpula. Essa última, embora em sua maior parte construída após a morte de Michelangelo, é um reflexo de cada um dos aspectos mais importantes de suas idéias. (JANSON; JANSON, 1996, p.218)

O relativismo foi perturbador para que o tradicional revivalismo grego e a modernidade inovadora de Brunelleschi para Janson (1996, p.218) “na qual Michelangelo certamente se inspirou bastante” resultasse na construção no estilo de cúpula da Basílica de São Pedro. É difícil tal identificação, pois ele poderia sofrer também do perigo psicológico que segundo Carsalade (2011, p.4) “procuramos interpretar a intenção do autor ou o espírito da época em uma forma de congenialidade” ou ainda com o perigo objetivista que é “o sentido do bem a ser interpretado a partir apenas dele próprio”, “tornando-o independente do autor” (CARSALADE, 2011, p.4).

Compreender algum desses perigos de modo atemporal poderia quem sabe Michelangelo ter sofrido do perigo subjetivista por onde o “restaurador que impregna o bem patrimonial com sua própria e exclusiva interpretação minimiza a presença da sua historicidade para fazer valer sua própria intencionalidade” (CARSALADE, 2011, p.4), se cabe entender o restauro como conservação e patrimônio material, atualmente, porque não preservar ou restaurar as manifestações patrimoniais imateriais?

As sucessivas transformações que ocorreram na Basílica de São Pedro e o surgimento da Umbanda no Brasil. Reafirmam que o patrimonialismo contemporâneo na política cultural pública é algo que surgiu depois derivado do tradicionalismo institucionalizado. A Catedral de São Pedro teve sua origem no Renascimento com os arquitetos Bramante e Michelangelo, mas apenas teve sua conclusão um século mais tarde durante o período barroco por mais dois arquitetos Carlo Maderno e Gianlorenzo Bernini. Para esse último coube apenas a tarefa do braço de São Pedro, para Janson; Janson (1996, p.256) “o próprio Bernini comparava aos braços maternos da Igreja que tudo abarcam”.

No Vasto programa de construção de igrejas que foi desencadeado em Roma, por volta de 1600, Carlo Maderno era o mais talentoso dos jovens arquitetos; em 1603, foi-lhe confiada a tarefa de completar finalmente a Igreja de São Pedro, após o papa ter decidido acrescentar uma nave, transformando o edifício de planta central de Bramante e Michelangelo em uma basílica. O projeto de Maderno para fachada segue

o padrão que Michelangelo estabelecera para o exterior mas enfatiza dramaticamente os portais. (JANSON; JANSON, 1996, p.255)

A Basílica de São Pedro é um exemplo arquitetônico digno para os apontamentos levantados pela crítica do restauro. Aqui cabe ressaltar que a congenialidade é algo provenientes inatista, pois há a necessidade de preservação da identidade valorizando quem deu início ao primeiro feito, cabe aqui uma análise dos estudos etnográficos de Brulon Soares quanto aos museus no mundo contemporâneo.

Por meio de uma perspectiva axiológica, aqui proposta, a partir da revisão dos referenciais teóricos para se pensar a autenticidade no campo da Museologia e do Patrimônio, é possível partir da noção segundo a qual a transmissão das artes primeiras se dá por meio da passagem de um patrimônio marcado pela alteridade (o valor do “outro”) a um patrimônio íntimo, autenticado por valores comuns e marcado pela identidade (o valor de “si”). (BRULON, 2015, p.33).

A simples relação de alteridade e identidade é o que pode ser considerado aqui como o princípio do inatismo sobre os bens materiais para a construção dos bens imateriais. Talvez por essa razão acreditassem que se tivesse um levantamento catalogado de bens materiais caracterizando determinada região estariam descentralizando a cultura, porque para Gomes (2018, p.07) “Os responsáveis por identificar naqueles anos, esses bens que seriam convertidos em patrimônio histórico e artístico nacional pelo Conselho Consultivo da instituição eram em sua maioria arquitetos”.

Essa prática de registros de bens materiais se tornou mais intensa após a revolução industrial do século XVIII, pois os papéis se tornaram mais acessíveis depois disso. John Ruskin aparece como fundador desses primeiros estudos arquitetônicos, exatamente nesse período, pois ele coletava formas e efetuava registros de elementos arquitetônicos de várias localidades por onde passou e os propunha características culturais pertinentes conforme a peculiaridade regional. Os dicionários de belas artes, engenharia civil e arquitetura, propõe que é possível identificar uma determinada civilização também por meio dos seus elementos arquitetônicos.

Ao analisarmos a História do Restauro, ou seja, da intervenção consciente em contextos materiais históricos reconhecidos como documentos importantes para a humanidade, temos que seus primórdios como “ciência” remontam ao século XIX, período marcado pela maioria dos historiadores como fundante, a partir das diferenças de pensamento entre Viollette-Duc e Ruskin. (CARSALADE, 2011, p.01).

Esses dicionários quando surgem, classificam essas formas e as distinguem por atributos estéticos criando um pensamento dicotômico que alguns autores as consideram nas polaridade

entre artes aplicada e belas artes. Por essa razão cabe salientar que o patrimonialismo contemporâneo foi sedimentado diante da institucionalização pública de ensino como ocorreu com Academia Imperial de Belas-Artes, que trouxe os primeiros estudos institucionalizados de artes para o Brasil.

Segundo Dondis (2003, p.07) “a experiência visual humana é fundamental no aprendizado para que possamos compreender o meio ambiente e reagir a ele” e essa dicotomia é compreendida como maior dos obstáculos para se alcançar tal aprendizado sob o pretexto de que “em qualquer momento da história, a definição se desloca e modifica, embora os mais constantes fatores de diferenciação costumem ser a utilidade e a estética” (DONDIS, 2003, p.07).

Aprender e transformar não é tarefa fácil significa romper com os paradigmas que sedimentaram seus valores patrimoniais. Se retomar o conflito estético que acarretou no separatismo entre o ensino clássico e o barroco surge a ideia anticolonialista, que transpassa o patrimonialismo, coincidindo com a tentativa de descolonização latino americana.

[...] o barroco e o neoclássico no Brasil, não houve as ricas negociações estilísticas como, por exemplo, em Praga. Curiosamente, hoje, os reconstrucionistas, estudando este episódio, investem contra a França como invasora cultural e não contra Portugal, que encomendou a intervenção em nossa cultura. Este é um dos inúmeros exemplos em nossa história do ensino da arte que podemos chamar de perturbação da consciência colonizada, derivada da confusão de papéis: colonizado VS. colonizador. (BARBOSA MAE, 1995, p.61).

Assim como na atualidade, se tentam reparar os modelos institucionalizados das antigas escolas por meio do currículo escolar, o IPHAN, busca também essa transformação institucional distante do patrimonialismo contemporâneo. Por esse viés antes do surgimento da primeira revista do SPHAN “acreditava, no entanto, terem sido historiadores estrangeiros os primeiros a realizarem sínteses gerais da arquitetura barroca brasileira” (CHUVA, 2003, p.322).

Os modernistas do SPHAN, antigo órgão do atual IPHAN, no final dos anos 30 publicaram em suas revistas análises de aspectos técnicos e relevantes na tentativa de identificar as características de uma arte genuinamente brasileira e que possuía uma identidade nacional.

Ela foi inaugurada visando demarcar um espaço para uma produção de excelência. No nº 1 da Revista, de 1937, quatro artigos fizeram uma espécie de apresentação, traçando um panorama geral tanto de diferentes tipos de patrimônio histórico e artístico nacional, quanto das possibilidades de sua proteção, das formas e dos meios para

executá-la, com especialistas com atuação profissional variada, configurando uma diversidade de objetos e conhecimentos. (CHUVA, 2003, p.323)

Contudo Chuva (2003, p.322) salienta que existiu “a preocupação com a “construção” de uma arte brasileira que se enquadre nos padrões universais”. Segundo Chuva (2003, p.322) “antes de 1937, a produção artística brasileira permanecia à margem da preocupação da grande maioria dos historiadores e dos críticos de arte europeus e norte-americanos”, pois existem dentro dos padrões universais alguns fatores característicos nas formas dos estilos arquitetônicos junto à cultura que podem sim definir aproximadamente a data, a localização geográfica e até a peculiaridade do estilo do arquiteto.

A “arte brasileira” era inconfundível, posto que, apesar de inserida dentre os valores universais, possuía especificidades, onde a apropriação “popular” do erudito havia trazido o imprevisto, o criativo, o novo: uma nação nova estava sendo construída. Além da materialidade dos monumentos, portanto, uma outra realidade física estava sendo construída com a produção de livros, onde se afirmava que o Brasil era uma nação porque possuía cultura, era civilizado porque suas raízes advinham da arte universal. (CHUVA, 2003, p.322)

O estilo do arquiteto em nível razoavelmente complexo tendo a necessidade de vincular obrigatoriamente os fatores característicos junto à cultura. Nota-se que existiu desde a primeira revista do IPHAN a necessidade de autenticar uma arte brasileira, mas ao mesmo tempo enquadrada nos padrões universais.

Esses padrões emoldurados com a presença de Lúcio Costa na revista onde ele denominava a “menina dos olhos” se referindo a Revista do Patrimônio traz a questão de tal identidade brasileira ser vista dentro dos cânones eruditos inclusive da arquitetura, tendo em vista que os arquitetos desse período bebiam da fonte modernista onde a arquitetura tem formas simplificadas diferentemente da arquitetura de interiores projetadas nas igrejas barrocas. “Os cânones da arte brasileira e sua universalidade foram construídos de modo eficaz, com a consagração de uma associação inédita até então entre as formas e princípios renovadores do barroco e a produção arquitetônica moderna.” (CHUVA, 2003, p.313)

Na revista número 5 do SPHAN de 1941, Lúcio Costa apresentou alguns termos, que derivam do francês como a *modenatura* para se referir a plasticidade com valores estéticos atribuídos aos elementos arquitetônicos, naturalmente existia uma necessidade de projeção da arte brasileira para obter o reconhecimento no exterior dentro dos padrões universais.

Quando se estuda qualquer obra de arquitetura, importa ter primeiro em vista, além das imposições do meio físico e social, consideras no seu sentido mais amplo, o

“programa”, isto é, quais as finalidades dela e as necessidades de natureza funcional a satisfazer; em seguida, a “técnica”, quer dizer, os materiais e o sistema de construção adotados; depois, o “partido”, ou seja, de que maneira, com a utilização dessa técnica, foram traduzidas, em termos de arquitetura, as determinações daquele programa; finalmente a “comodulação” e a “modenatura”, entendendo-se por isto as qualidades plásticas do monumento. (COSTA, 1941, p.12-13).

Estudar os elementos arquitetônicos somente pela “modenatura”, ou seja, requer um repertório substantivado de formas estéticas na temporalidade, pois os objetos que compõem uma arquitetura podem ser aproveitados em outros tempos e ocasiões reiteradas vezes criando novas expressões e estilos artísticos dentro do estilo do período histórico, que pode caracterizá-lo como o encontro de duas ou mais culturas diferentes. Nessa mesma revista houve também a publicação de Hanna Levy sobre o barroco brasileiro que tinha a pretensão notória de divulgação da arte acadêmica no exterior como modernismo brasileiro.

O trabalho realizado por Levy nos anos 1940 foi bastante notável já que a arte não-europeia não dispunha de nenhum destaque na história da arte acadêmica na primeira metade do século XX, ao contrário da arte moderna, que tinha alguns de seus representantes ocupando cargos de curadores de museus e de críticos de arte. (BAUMGARTEN; TAVARES, 2014, p.4)

Houve também uma eventual importância de divulgação dessa arte nessa revista baseada em termos e também análises científicas. Hanna Levy numa reflexão do barroco brasileiro na edição de número 5 do SPHAN buscava em sua tese sobre as três teorias do barroco, conceitos científicos que pudessem atribuir identidade da arte barroca brasileira.

Ela em sua crítica levantada na análise de Heinrich Wölfflin sobre a ideia reducionista de que segundo Levy (1941, p.261) “as características estilísticas da Renascença e do barroco representam igualmente, os conceitos fundamentais de toda a história da arte” ela utiliza alguns artifícios da própria teoria de Wölfflin para lembrar-lhe que “embora sendo barroco e ligado ao esquema das cinco características mencionadas, um tal estilo pode abranger os mais diversos conteúdos e expressões” (LEVY, 1941, p.262).

A impossibilidade de se limitar a forma clássica sem contar com a expressividade e a individualidade estilística do artista, portanto o estilo parece apontar uma solução para a ideia anticolonialista, quando se busca a autenticidade da arte brasileira ao confrontá-lo a hegemonia de um estilo clássico eurocêntrico.

Pelo contrário, longe de poder apreender, por meio de seus cinco conceitos, as diferenças características existentes entre as diversas épocas “barrocas”, Wölfflin nem

é capaz de mostrar, de explicar ou, pelo menos, de respeitar a individualidade dos artistas duma mesma época, p.e., do séc. XVII. Se Woelfflin declara que “as formas de representação aqui descrita têm uma significação tão geral que individualidades tão distantes como Terborch e Bernini. (LEVY, 1941, p.262)

A ideia anticolonialista manifestada no estilo, consiste de ações que podem propor a descolonização da América Latina, porque buscam autenticar o nacionalismo da arte. Entretanto o patrimonialismo busca a manutenção de valores colonialistas por ele ser absolutista e tradicionalista, portanto a preservação em excesso é a sua principal característica.

No Brasil durante os anos 70, é possível identificar características arquitetônicas exclusivas e que possuem nomes e formas exclusivas, outros nomes provenientes do castelhano falado na província de Córdoba da região de Andaluzia na Espanha, onde também tiveram influência direta da cultura muçulmana, esses nomes permanecem inalterados na língua galega de Galiza, por exemplo, a grinalda ou guirlanda. Alguns termos foram adaptados ao regionalismo local brasileiro outros modificados.

Assim como se vê no dicionário ilustrado de arquitetura de Maria Paula Albernaz e Cecília Modesto Lima, onde é possível perceber que esses componentes arquitetônicos tenham sido os balizadores da cultura por meio do processo de colonização, mas que eles podem sofrer modificações conforme o processo cultural regionalista ou pelo menos nos termos. Contudo o que está em questão são os nomes inseridos na construção e os acontecimentos históricos, que levaram a Basílica de São Pedro a ser o que ela é hoje no país do vaticano ou fora dele.

A função simbólica dos objetos inseridos nela traz para o ensino da arte do presente valores que o observador não sabe datar quando foi feito, por exemplo, o crucifixo do *altar mor*, isso também não importa, inicialmente, mas sim o seu significado. Por isso a historicidade do objeto, imprescindivelmente, permanece junto com seu valor simbólico, pois é necessário que exista um significado primeiramente para ser guardado e preservado.

A função simbólica na Basílica está no próprio cristianismo e a historicidade é alimentada por livros de artes que contam sua origem com a passagem de grandes artistas do período. No renascimento tiveram muitos outros feitos significativos como a construção do domo de *Santa Maria del Fiore* (figura II) projetado por Filippo Brunelleschi que o levantou sem o cimbrio, mas que só foi possível com a grua de madeira inventada por Da Vinci, o autor da famosa Monalisa.



Figura 2 - Catedral de Florença, Florença, Itália: Iniciada por Arnolfo di Cambio, 1296; cúpula de Filippo Brunelleschi, 1420-36 fonte: (JANSON, H. W.; JANSON, Anthony F. Iniciação à história da arte. 2ed. [trad. Jefferson Luiz Camargol] São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.139)

Esse conjunto de historicidade do renascimento promove a sua preservação material e divulga a arte italiana para todo o resto do mundo. Essa transformação dessas paisagens naturais eruditas que constituem as paisagens geográficas, hoje, serve de fonte de renda para muitas famílias italianas por meio do turismo.

O patrimonialismo não é uma prática bem vinda para gestão da coisa pública, mas não se deve confundir a descolonização da América Latina e nem a ideia anticolonialista que visam dar autenticidade para a arte realizada aqui. O patrimonialismo é como uma espécie de catecismo do bem patrimonial apenas erudito. Basta retomar as históricas construções das cidades brasileiras para perceber como o patrimonialismo se sucedeu no Brasil.

A modificação das paisagens naturais no continente sul-americano por meio da ação humana, que deriva do sistema cultural, através da constituição de paisagem cultural, torna-se mais evidente aqui no Brasil por possuir uma diversidade enorme de vegetações com matas virgens. As posses de terras do período colonial que criavam “as cidades de domingo” derivaram de ações de derrubadas das matas virgens e projetaram o próprio cenário da paisagem cultural brasileira, onde vieram surgir além de cidade, termos, costumes, etc.

A capoeira, por exemplo, é um termo que deriva dessas grandes derrubadas de matas virgens para a constituição de grandes latifundiários para uso das terras por senhores de

engenhos, pois José de Alencar, 1865, propõe que o vocábulo deriva de dialeto indígena e significa mato.

A primeira proposição de que se tem notícia é a de José de Alencar, em 1865, na primeira edição de Iracema. Sugere Alencar, para o vocábulo capoeira, o tupi Caa-Apuamera, traduzido por “ilha de mato já cortado”. Segundo Rego, Henrique Beaurepaire Rohan (1879) propôs o tupi Co-puera, significando “roça velha” (1968, p.17); já, para Macedo Soares (1880), o vocábulo vem simplesmente do guarani Caápuêra, “mato que foi”, atualmente mato miúdo que nasce no lugar do mato virgem que se derrubou; J. Barbosa Rodrigues (1887), no século passado registrou em seu livro Paranduba Amazonense, a forma Caapoêra; e para o Visconde de Porto Seguro, o termo certo é Capoêra. (CAMPOS, 2009, p 34)

A origem do termo não é tão disseminada quanto a arte marcial brasileira, que é amplamente conhecida no mundo, ela também é derivada das ações opressivas dos senhores de engenhos, porque as ações de colonizadores deixaram herança patrimoniais materiais e imateriais. Algumas dessas heranças só obtiveram reconhecimento durante os anos 80 no século passado resultado de esforços de vários setores das ciências humanas, mas um caso em especial chamou atenção acerca do patrimônio material em virtude do patrimônio imaterial.

Esse caso ficou conhecido como tombamento do terreiro de candomblé “Casa Branca”, em Salvador. Ele foi o primeiro caso no IPHAN que visou a preservação da tradição afro-brasileira. O caso “Casa Branca” teve o reconhecimento do Estado Nacional brasileiro por interferência direta do antropólogo Gilberto Velho – membro do Conselho do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) –, que foi o relator, em 1984, desse tombamento.

Cabe lembrar que, até aquele período, o estatuto do tombamento vinha sendo aplicado, basicamente, a edificações religiosas, militares e civis da tradição luso-brasileira. As primeiras principais medidas de legitimação e proteção ao patrimônio foram tomadas, sobretudo, em relação a prédios coloniais e, em menor proporção, aos do período do Império e da Primeira República. (VELHO, 2006, p.237)

É importante salientar segundo as palavras de Velho (2006, p.237) “o terreiro de Casa Branca apresentava uma tradição de mais de 150 anos”, esse tempo para legitimação do terreiro, notadamente, demonstra todo o interesse desse estudo, que começa no âmbito institucional familiar até a decisão de legitimação do templo. Nota-se que essa reunião do conselho ocorreu na década de 80 antes da redemocratização. Diferentemente, ocorreu no início para religião cristã, que obteve êxito nas conquistas de terrenos conforme o exemplo das “cidades de

domingo” ocasionando na transformação da paisagem natural existente na paisagem cultural com intento cristão.

O posicionamento do conselho foi para preservação dessa materialidade como patrimônio cultural afro-brasileiro, que nunca obteve incentivo governamental, pois o terreiro de Casa Branca é uma casa simples com um barco conforme demonstra a (figura III). Segundo Velho (2006, p.237) “encontrava-se um barco, importante nos rituais, um modesto casario”.



Figura 3 - Casa Branca, Salvador, Bahia fonte: <http://koinonia.org.br/axecomarte/terreiro-detalhes.php?inst=32>

Tratava-se de uma arquitetura ausente de grandes alegorias diante de enormes edificações cristãs barrocas para Velho (2006, p.237) “não era nada que pudesse se assemelhar à Igreja de São Francisco em Ouro Preto, aos profetas de Aleijadinho em Congonhas, em Minas Gerais, ao Mosteiro de São Bento, ao Paço Imperial da Quinta da Boa Vista ou à Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro”

Os sentidos de autopreservação adquiridos com os valores religiosos foram desencadeados nas relações de trabalho na esfera administrativa necessária para decisão de tombamento do terreiro. Durante essa importante reunião do conselho não se teve a devida impessoalidade, que ficou demonstrada na ausência de unanimidade dos membros do conselho.

O patrimonialismo se tornou evidente quando alguns membros do conselho se rejeitaram a utilizar o termo tombamento que ficou descritas nas palavras de Velho (2006, p.239) como “produto de décadas de práticas voltadas para um outro tipo de política de patrimônio”. A manutenção do patrimônio imaterial religioso depende da existência de templo

para essa finalidade. Especialmente, no caso desse tombamento, existiu um conflito institucional direto entre os membros do conselho IPHAN, onde também foi relatado por ele.

Os membros do Conselho da SPHAN que discordavam dessa posição tinham suas convicções honestas e arraigadas, produto de décadas de práticas voltadas para um outro tipo de política de patrimônio. Argumentou-se também que não era possível tomar uma religião. Quase todos os presentes na reunião de Salvador concordavam que era necessário proteger o terreiro, mas alguns insistiam em não se utilizar a figura do tombamento. É interessante registrar que um número considerável de conselheiros não compareceu à reunião. Entre esses sete ausentes certamente estavam vários opositores à medida de tombamento. (VELHO, 2006, p.239)

Nesse caso o conflito institucional parte diretamente do sistema cultural, onde os representantes, no caso, servidores públicos, tinham valores culturais divergentes da proposta de tombamento, porque para muitos conselheiros o terreiro de Casa Branca não foi visto como um templo religioso, mas apenas um espaço dedicado a prática religiosa.

O terreiro de Casa Branca era segundo Velho (2006, p.238) “uma situação inédita e desafiante” onde se define “cultura como um fenômeno abrangente que inclui todas as manifestações materiais e imateriais, expressas em crenças, valores, visões de mundo existentes em uma sociedade” (VELHO, 2006, p.238), cabe aqui registrar a afirmação de Gilberto Velho na ata da centésima oitava reunião do Conselho Consultivo do IPHAN, da Secretaria da Cultura realizado em 31 de maio de 1984.

que no momento em que existe uma preocupação em reconhecer a importância das manifestações culturais das camadas populares, há que se reconhecer o candomblé como um sistema religioso fundamental à constituição da identidade de significativas parcelas da sociedade brasileira (VELHO, 2006, p.238)

Atualmente, veem-se resquícios por meio das ações desses colonizadores “nas formas anti-intelectuais que já não querem questionar-se e que desconfiam do saber acadêmico” (VICH, 2017, p.50). Essas ações durante anos colonização se encontram internalizada nesses atores, porque o saber institucionalizado aqui é predominantemente derivado do sistema cultural. Nesse caso, a socialização cruzada que pode ocorrer na escola, sendo ela crítica ou não, apenas confirma que a autonomia permanece passiva, onde o saber acadêmico se apresenta apenas como mais um dever institucionalizado, que não permite mudanças.

Para Barros (2011) “sujeitos e instituições que não elegem o passado como ordenador preferencial de sentidos, inauguram sociedades que fazem do presente e das representações do

futuro se centro estruturador de identidade”. Nesse mesmo sentido as mudanças na permanência institucional por meio do sujeito são necessárias.

É, portanto, uma sociedade que institui a mudança como seu modo de existir. Estamos falando de extremos e polaridades, aqueles que se recusam a mudar e outros que se recusam a permanecer, para deixar claro que não existem culturas estáticas e que o debate sobre a relação entre o desenvolvimento e a diversidade cultural não pode se recusar a esta tensão. Toda cultura muda, mais ou menos lenta, de forma mais ou menos visível, motivadas por trocas culturais desastrosas ou por sincretismos singulares. (BARROS, 2011, pp.50-51)

As mudanças institucionais implicam em agregar novas culturas devido ao seu valor patrimonial histórico na prática institucional e deixar de seguir aqueles preexistentes que a corrompem de modo pessoal, por exemplo, homenageia-se todas as religiões ou não homenageia-se nenhuma. Esse saber institucionalizado inerte, ou seja, o patrimonialismo que está constituído na identidade desses grandes grupos de agentes públicos, analogamente ocorre também com grupos privados, pois são derivados de âmbito administrativo, e gera um tipo de conflito sistemático, que pode ser denominado tecnocracia latino americana.

Segundo Vich (2017, p.50) “os tecnocratas são aqueles que detêm o poder hoje para tomar decisões no nível governamental” ele identifica-os no empreendedorismo, no vínculo de subordinação empregatício, nos cargos públicos comissivos ou omissivos: o agente faz algo que está proibido; ou é omissivo perante um fato dessa natureza.

Gonzalo Portocarrero vem estudando esse problema do ponto de vista histórico; ele observa como foi realmente tolerante com a corrupção a sociedade colonial, na qual o abuso dos fracos estruturou o próprio sistema social; e as próprias autoridades ignoraram as leis provenientes da metrópole. “Acata-se, mas não se cumpre” era um provérbio popular que revela bem as dinâmicas das colônias em relação à metrópole. A colônia instalou dois hábitos: o abuso dos fracos e a corrupção, que, pouco a pouco, foram se tornando fatos aceitos, práticas comuns, costumes estabelecidos. (VICH, 2017, p.51)

Segundo Vich (2017, p.51) “o mandato, o progresso e o desenvolvimento pessoal parecem dispensar quaisquer padrões éticos”, o interesse pessoal se manifesta acima do interesse coletivo, “continuamos instalados em uma cultura de senhores e servos, em um jogo perverso para tirar proveito ou subjugar os outros” (VICH, 2017, p.51). Esse jogo está caracterizado no comportamento patrimonialista dos cidadãos diante do poder que lhe é conferido “a figura do patrão sobrevive e se reproduz a cada dia” (VICH, 2017, p.51).

Digamos que, na América Latina, não chegou a se consolidar um senso de coletividade, e a entender que o interesse privado não deve ser contrário ao bem público. Na verdade, nós, cidadãos, tendemos a nos comportar de maneira patrimonial não só diante dos cargos públicos, mas também em qualquer exercício do poder. (VICH, 2017, p.51)

O sentimento patrimonialista pode estar vinculado à memória afetiva do indivíduo, portanto outros substratos, que derivam desse ser, como por exemplo, proteção, preservação, defesa, manutenção, resguardo, salvaguarda. Esse sentimento patrimonialista, que visa assegurar a identidade desses indivíduos, atualmente, consistente em discursos institucionais, tomando-os para si como significados de bens patrimoniais materiais ou imateriais com isso gera, às vezes, ações protetivas emanadas do próprio seio do sistema cultural.

Quando uma sociedade ou uma instituição protege-se através de “biombos da tradição” e faz das diferenças uma ameaça, estamos diante de uma sociedade ou instituição que se recusa à história, ou melhor, que faz de sua história a única história. São exemplos da tradição exclusiva as sociedades e instituições tribais, ortodoxas, e totalitárias. (BARROS, 2011, p.51).

Identificar o sistema cultural como a principal ferramenta de modificação dos demais subsistemas, como por exemplo, o educacional, o social implica reconhecer que o sistema cultural abriga todos os significados que são dados às instituições, portanto é necessário que o Ministério da Cultura deixe sua posição de passividade autônoma e como órgão da administração direta promova ativamente programas de preservação dos patrimônios materiais e imateriais conforme as propostas dos países signatários da ONU em suas respectivas declarações da (UNESCO) para a Educação, Ciência e Cultura.

No Ministério da Cultura peruano o papel dele também é mal compreendido, de acordo com Vich (2017, p.53) “todos entendemos mal o papel do Ministério da Cultura”. Tecer a trama da política cultural por meio dessa linha proposta diante de “temas relativos à cidadania: a luta contra a corrupção, o machismo, o racismo” (VICH, 2017, p.53). A política cultural com essa proposta permite identificar a vastidão de setores, que deriva da política cultural devido a sua enorme extensão envolvida em muitas áreas e atividades dentro do estruturalismo social.

Na realidade, todos entendemos mal o papel do Ministério da Cultura. Ele não pode continuar funcionando como os outros ministérios, ou seja, não pode ter como principal função o desenvolvimento de seu “setor”, mas, acima de tudo, deve intervir na sociedade como um todo. Deixem-me explicar melhor: até o momento, o Ministério da Cultura tem argumentado que seu trabalho envolve o cuidado do

patrimônio e o fomento das artes. Isso é um erro. O ministério deve argumentar que sua principal tarefa consiste em atuar no estilo de vida instalado no país, nas práticas desleais institucionalizadas, nos poderes exercidos na vida cotidiana. Os principais projetos do Ministério da Cultura deveriam se concentrar no trabalho de temas relativos à cidadania: a luta contra a corrupção, o machismo, o racismo estruturante da sociedade peruana. (VICH, 2017, p.53)

A dificuldade está inclusive na identificação dos atores e correntes ideológicas para essa finalidade conforme as instituições culturais que os constituem, sendo essas tradicionais ou não. Recentemente no Brasil, depois da governabilidade dos partidos dos trabalhadores, o Ministério da Cultura foi extinto não existe nem de modo bipartido (Ministério da Educação e Cultura) como era antes da primeira década deste milênio. Nota-se que o atual presidente da república brasileira permanece atrelado ao patrimonialismo contemporâneo constituído da tecnocracia latino americana.

A importância do Ministério da Cultura no Brasil chegou próxima de ser percebida apenas durante a governabilidade do partido dos trabalhadores, onde foram instituídas políticas públicas culturais, que demonstraram que a cultura é a melhor aliada para o desenvolvimento do país em todos níveis e setores de modo equilibrado. Segundo Barros (2011, p.52) “um novo modelo cultural, fruto de uma radical transformação na experiência com o tempo e com o espaço, motivada pelo que os especialistas chamam de globalização ou mundialização.” A busca pela mudança pode gerar equívocos de natureza institucional compreendendo que instituições são constituídas de pessoas da sociedade com seus respectivos valores sociais.

Emergem sociedades e, por consequência, instituições marcadas pela descontinuidade, pela fragmentação, pela pluralidade, pela simultaneidade. Um mundo que, gradativamente, comprime o tempo e dissolve fronteiras, um mundo que inaugura o fenômeno das identidades múltiplas. Um mundo que produz em parte de seus integrantes outra experiência identitária, não mais ancorada no fechamento e acabamento iluminista, mas na abertura e inacabamento da pós-modernidade. (BARROS, 2011, p.52)

Os representantes políticos com seus cargos são o reflexo das instituições sociais aqui em questão. Valendo-se do princípio da simetria para os demais entes federados, surge a questão, qual o perfil ideal para exercer a política cultural, no âmbito federal? O Ministro do Ministério da Cultura deve ser qualificado para desempenhar com versatilidade as atribuições, que o cargo exige, onde ele possa desenvolver a política cultural e permitir igualdade de acesso e condições.

Segundo Saravia (2011, p.17) “verifica-se, conseqüentemente, a necessidade de contar com administradores culturais devidamente qualificados” que permita a utilização da arte para construir novas identidades, porque para Vich (2017, p.53) “propor ou imaginar novas possibilidades políticas”.

A responsabilidade das políticas culturais consiste em contribuir para a formação de cidadãos melhores e, para tanto, as artes e a produção simbólica contam com uma tarefa a cumprir. É uma questão de utilizá-las para mudar nossas representações da vida coletiva e oferecer novos modelos de identidade. Trata-se, em suma, de usar objetos culturais para tornar mais visível a sociedade que temos, para fazer suas contradições ser notadas, suas âncoras e sua inércia e, então, propor ou imaginar novas possibilidades políticas. (VICH, 2017, p.53)

A cultural permite o progresso em vários setores da sociedade, mas é necessário reconhecer amplamente os valores atribuídos às instituições, inclusive na sensibilização dos indivíduos como um todo, pois eles atuam ativamente na fiscalização de bens materiais e imateriais na preservação de sua própria história. Cabe aqui reforçar os equívocos, que podem ser gerados com os modelos de instituições tradicionais.

No modelo da tradição, encontramos sujeitos, grupos, instituições e sociedades que sabem de onde vieram e o que devem fazer para manter suas pegadas, seus rastros. Organizam sua vida de tal forma a preservar sentidos originais e manter as raízes que lhes dão sustentação. Oferecem a seus integrantes o sentido necessário de pertencimento. Mas tais realidades sociais são também expressões de posturas exclusivas, que transformam diferenças em desigualdades. Transformam-se em sociedades e instituições incapazes de compreender o diferente ou sociedades intolerantes com a diferença. Daí a proximidade com o poder. Ora a tradição revela incapacidade cultural de conceber o Outro, ora a vontade de dominá-lo. (BARROS, 2011, pp.51-52)

Um dos problemas na gestão da administração pública levantada nas palavras de Saravia (2011, p.17) são “administradores tradicionais pouco sensíveis às manifestações culturais que estão administrando”. Segundo Saravia (2011, p.17) “essas considerações deveriam estar presentes na programação de atividades de formação, sensibilização e capacitação de administradores culturais”. A profissionalização de gestores para exercerem as políticas públicas culturais permite obter amplitude para o alcance dessas políticas com a qualificação dos serviços prestados por esses profissionais.

Vários dilemas devem ser resolvidos na etapa de programação. O primeiro é sugerido pelas particularidades das pessoas que, na prática, atuam como gestores culturais em

órgãos tais como arquivos, bibliotecas, museus, teatros, rádios e canais de TV, fundações culturais, galerias de arte, instituições de preservação do patrimônio histórico, áreas de difusão cultural das universidades, etc. (SARAVIA, 2011, p.17)

O Sistema Nacional de Capacitação do México tinha como missão Segundo Cunha (2011, p.38) “capacitar, atualizar e contribuir na profissionalização de promotores e gestores culturais das instituições públicas e privadas, educativas e culturais de organizações não governamentais, comunitárias e grupos independentes, com o fim de elevar o nível e a qualidade dos projetos e serviços culturais que oferecem à população” O Sistema Nacional de Capacitação do México é um exemplo que aponta uma solução para o nosso respectivo Sistema Nacional de Cultura.

O Sistema Nacional de Capacitação do México é um exemplo de que, mesmo em um país de grandes dimensões, é possível realizar um sistema integrado de avaliação, passando por todas as etapas: levantamento de demanda, construção de parcerias locais, realização do programa com as especificidades locais e com um processo de acompanhamento e avaliação. Como foi descrito em uma avaliação específica da UNESCO: “A conclusão do seu relatório é de que o sistema nacional de capacitação no México constituía uma boa prática”. (CUNHA, 2011, pp.40-41)

Diante da realidade brasileira, a constatação é que existem profissionais qualificados devido ao alto nível de escolaridade. Tratando-se do segundo ponto relevante levantado por Maria Helena Cunha diante do resultado da pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE–, mas que de acordo com Cunha (2011, p.41) “praticamente, não temos uma política clara e objetiva de política de formação de gestão cultural, seja pública ou privada”. Não se tem política para a formação de gestores culturais, porque se acredita que a cultura não é importante para formação de gestores inclusive gestores administrativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimonialismo deriva do valor intransigente excessivo do patrimônio material e imaterial públicos, que se identifica conforme os propósitos derivados de interesses particulares, na padronização de normas ou atos inexistentes ou viciosos na administração pública. O marco no desenvolvimento histórico ainda permite a obscuridade de valores mantenedores da colonização perante a sua institucionalização pública.

Na crítica do restauro o observador não tem conhecimento do nível pericial para perceber o que foi ou não alterado no objeto ou estrutura arquitetônica, porque ambos não são reconhecidos por ele. Portanto os valores patrimoniais materiais e imateriais não devem ser confundidos com os propósitos estilísticos como uma manifestação anticolonialistas para se alcançar a descolonização da América Latina.

A descolonização da América Latina é um dos objetivos do Plano de Trabalho da UNESCO criado em 2016. A cultura não existe apenas para beneficiar a indústria do turismo economicamente. A cultura pode promover mudanças em toda sociedade brasileira e ser a principal aliada na melhor prestação dos serviços públicos, na luta contra corrupção, políticas de melhorias e integração social e econômica visando o crescimento para os povos da comunidade latino-americana. Essa pesquisa bibliográfica demonstra que infelizmente haverá a continuidade do patrimonialismo na política pública brasileira como fonte de alimentação da tecnocracia latino americana.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação pós-colonialista no Brasil; Aprendizagem triangular Universidade de São Paulo/Escola de Comunicações e Artes. São Paulo: n. 2 1995: Jornal Eletrônico, Televisão Educativa, Comunicação e LDB.

BARROS José Márcio. A mudança da cultura e a cultura da mudança: cultura, desenvolvimento e transversalidade nas políticas culturais. Pensar e agir com a cultura: desafios da gestão cultural / José Márcio Barros e José Oliveira Júnior, organizadores. – Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011. pp.48-68

BARRETO, Ricardo de Macedo Menna. Da personalidade à pessoa: uma observação da sociedade e do direito a partir das teorias sistêmicas de Talcott Parsons e Niklas Luhmann1 PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.19.1, 2012, pp.49-71

BAUMGARTEN Jens, TAVARES André. O Barroco colonizador: a produção historiográfico-artística no Brasil e suas principais orientações teóricas Editora Institut national d'histoire de l'art Perspective [Online], 2 | 2013, posto online no dia 30 setembro 2014, consultado o 23 abril 2018. URL: <http://journals.openedition.org/perspective/5538>; DOI: 10.4000/perspective.5538

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Os Pensadores). Tradução: José Lino Grünnewald. Disponível em https://cei1011.files.wordpress.com/2010/08/benjamin_a-obra-de-arte-na-epoca.pdf.

Acesso em: 16 Nov. 2018.

BERGER, Peter L; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In. FORACCHI, M.; **MARTINS, José de Souza.** Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2004. pp.163 – 168.

BRANDÃO Carlos Rodrigues. Vocação de criar: anotações sobre a cultura e as culturas populares. Caderno de Pesquisa v.39, n. 138, p.715-746, set./dez. 2009

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

BRULON, Bruno César Soares. “Patrimônio Íntimo a experiência do autêntico nas artes primeiras”, Revista Museologia e Interdisciplinaridade, vol.4, nº8, 2015, p.31-49 <https://www.pasosonline.org>

- CAMPOS, HELLIO.** 1947-Capoeira Regional: a escola de Mestre Bimba / HELLIO Campos (Mestre Xaréu). - Salvador: EDUFBA, 2009
- CARSALADE, Flávio de Lemos.** A preservação do patrimônio como construção cultural. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 139.03, Vitruvius, dez. 2011. <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.139/4166>>
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro.** Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- CHUVA, Márcia.** Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *TOPOI*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp.313-333.
- CLAVAL, Paul.** geografia cultural no Brasil. In: BARTHE-DELOIZY, F., and SERPA, A., orgs. *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia* [online]. Salvador: EDUFBA; Edições L'Harmattan, 2012, pp.11-25. ISBN 978-85-232-1238-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. <acesso em 28/10/2018 às 19:55>
- CUNHA, Maria Helena.** Desafios de uma política pública para a formação de gestores culturais: experiências e pesquisas. *Pensar e agir com a cultura: desafios da gestão cultural* / José Márcio Barros e José Oliveira Júnior, organizadores. – Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011. pp.35-47
- DONDIS, Donis A.** *Sintaxe da linguagem visual*. Martins Fontes: São Paulo, 2003.
- DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo.** A socialização e a formação escolar. *Lua Nova* [online]. 1997, n.40-41, pp.241-266. ISSN 0102-6445. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451997000200011>.http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264451997000200011&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 21/09/2019 às 14:00
- FURLANETTO Beatriz Helena, KOZEL.** Paisagem cultural: da cena visível à encenação da alma: *Saete Ateliê Geográfico - Goiânia-GO*, v. 8, n. 3, p.215-232, dez/2014
- GOMES, Ana Lúcia de Abreu.** *Patrimônio Histórico e Saberes*, UnB Instituto de Artes, Brasília, 2018
- JANSON, H. W.; JANSON, Anthony F.** *Iniciação à história da arte*. 2ed. [trad. Jefferson Luiz Camargol] São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.218, 255, 256.
- LARAIA, Roque de Barros.** *Cultura: um conceito antropológico* 14.ed. — Rio de Janeiro: Jorge "Zahar Ed., 2001

LEVY, Hanna. A propósito de três teorias sobre o barroco. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Ministério da Educação e Saúde Edição nº 05. Rio de Janeiro 1941 p.259-284.

MATA-MACHADO Bernardo Novais. Uma política cultural para as artes. Para além do fomento à produção e ao consumo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2. 2011. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cnpc/artigos-e-estudos/-/asset_publisher/IVrRbap1m4x3/content/uma-politica-cultural-para-as-artes-para-alem-do-fomento-a-producao-e-ao-consumo/10907> Acesso em 16/09/2019 às 15:00

SARAVIA, Enrique. Gestão da cultura e a cultura da gestão: a importância da capacitação de administradores culturais. Pensar e agir com a cultura: desafios da gestão cultural / José Márcio Barros e José Oliveira Júnior, organizadores. – Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011. pp.15-19

SEEMANN, Jörn. A morfologia da paisagem cultural de Otto Schlüter: marcas visíveis da geografia cultural?. Espaço e Cultura, v. 17-18, p.65-75, 2004. <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7854><acesso em 27/10/2018 às 14:30>

SEEMANN, Jörn. « Friedrich Ratzel entre Tradições e Traduções », Terra Brasilis (Nova Série) [Online], 2012 <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/180> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.180Identidade<acesso em 27/10/2018 às 15:30>

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. Mana [online]. 2006, vol.12, n.1, pp.237-248. ISSN 0104-9313.

VICH, Víctor. O que é um gestor cultural? Cultural Políticas culturais: conjunturas e territorialidades organização Lia Calabre e Deborah Rebello Lima; tradução Marisa Shirasuna; revisão Karina Hembra; textos Ana Rosas Mantecon et al. – Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2017

SITES

<https://blogdosociofilo.com/2016/07/27/verbete-talcott-parsons/> >Acesso em 20/01/2019 às 22:39

<https://revistaparametro.wordpress.com/2011/04/16/talcott-parsons-e-a-configuracao-do-estrutural-funcionalismo/> >Acesso em 15/10/2019 às 15:30

<https://havedosdelachegar.wordpress.com/2011/06/27/valores-sociais-e-ideologias/> >Acesso em 21/09/2019 às 13:10

http://www.linguaportuguesa.ufrn.br/pt_2.2.php > Acesso em 20/09/2019 às 22:40
<https://escolakids.uol.com.br/palavras-indigenas.htm> > Acesso em 17/09/2019 às 22:45
<http://averdade.org.br/2012/10/capoeira-e-libertacao/> > Acesso em 02/11/2018 às 15:45
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm > Acesso em 20/01/2019 às 22:41
<https://www.academia.edu/> > Acesso em 20/01/2019 às 22:42
<https://aprender.ead.unb.br/mod/folder/view.php?id=250921> > Acesso em 20/01/2019 às 22:43

REFERÊNCIAS DAS IMAGENS

figura I. Catedral de São Pedro, Vaticano, Roma, fonte: (<https://yourshot.nationalgeographic.com/photos/10729792/>) Autor Michele Mike Illuzzi > Acesso em 20/01/2019 às 22:31

figura II. Catedral de Florença, Florença, Itália: Iniciada por Arnolfo di Cambio, 1296; cúpula de Fillippo Brunelleschi, 1420-36 - fonte: (JANSON, H. W.; JANSON, Anthony F. Iniciação à história da arte. 2ed. [trad. Jefferson Luiz Camargol] São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.139)

figura III. Casa Branca, Salvador, Bahia, fonte: (<http://koinonia.org.br/axecomarte/terreiro-detalhes.php?inst=32>) > Acesso em 20/01/2019 às 22:35